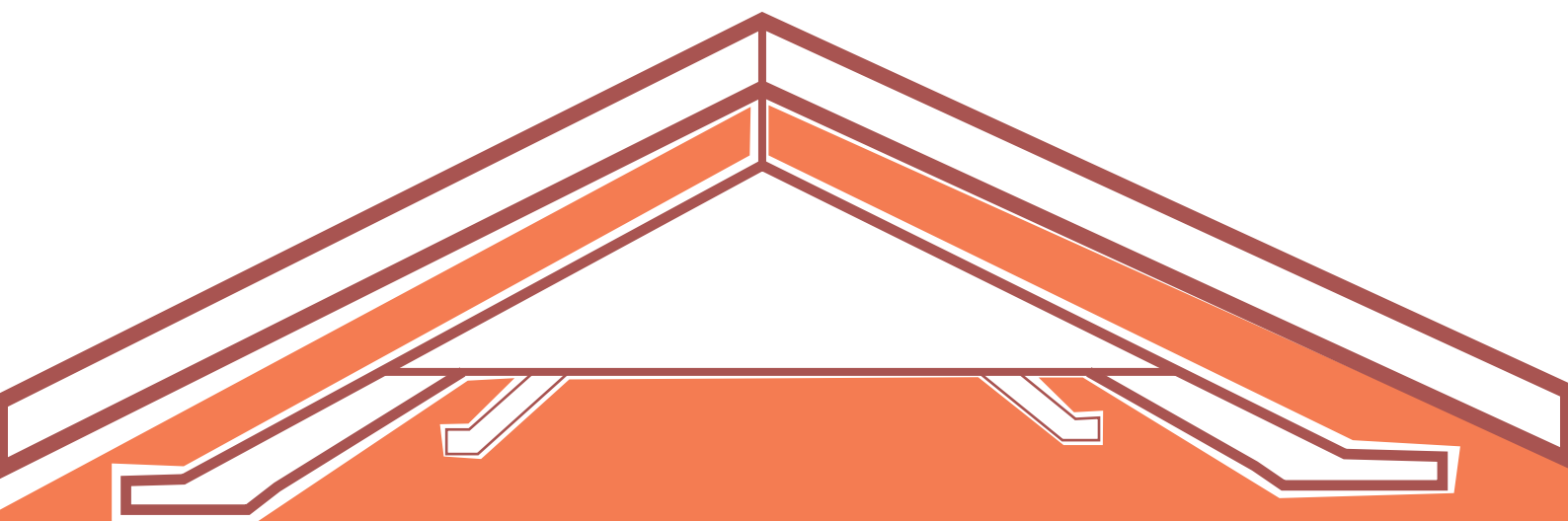


PARQUE PARA QUE POVO?

UM ESTUDO SOBRE O DIREITO À CIDADE NOS USOS E APROPRIAÇÕES
DO PARQUE DO POVO EM CAMPINA GRANDE-PB

BRUNA ALMEIDA DE LIMA



BRUNA ALMEIDA DE LIMA

**PARQUE PARA QUE POVO? UM ESTUDO SOBRE O DIREITO À CIDADE NOS
USOS E APROPRIAÇÕES DO PARQUE DO POVO EM CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador:
Prof. Dr. Demóstenes Andrade de Moraes.

CAMPINA GRANDE, 2023

L732p

Lima, Bruna Almeida de.

Parque para que povo?: um estudo sobre o direito à cidade nos usos e apropriações do Parque do Povo em Campina Grande-PB / Bruna Almeida de Lima. – Campina Grande, 2023.

98 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Demóstenes Andrade de Moraes".

Referências.

1. Urbanismo. 2. Espaço Urbano. 3. Espaço Público – Apropriação. 4. Direito à Cidade. I. Moraes, Demóstenes Andrade de. II. Título.

CDU 911.375.5(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CNPJ nº 05.055.128/0001-76
COORDENACAO DE GRADUACAO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101-1400
Site: <http://ctrn.ufcg.edu.br> - E-mail: ctrn@ufcg.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo nº 23096.088468/2022-15

O Trabalho de Conclusão de Curso “**PARQUE PARA QUE POVO? UM ESTUDO SOBRE O DIREITO À CIDADE NOS USOS E APROPRIAÇÕES DO PARQUE DO POVO EM CAMPINA GRANDE-PB**”, foi defendido pela(o) aluna(o): **BRUNA ALMEIDA DE LIMA**, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo foi **APROVADO EM: 14 DE FEVEREIRO DE 2023.**

COMISSÃO EXAMINADORA:

PROF. DR. DEMÓSTENES ANDRADE DE MORAES (PRESIDENTE)

PROF^a DR^a KAINARA LYRA DOS ANJOS (EXAMINADORA INTERNA)

ME. BEATRIZ BRITO MENDES (EXAMINADORA EXTERNA).



Documento assinado eletronicamente por **DEMOSTENES ANDRADE DE MORAES, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/02/2023, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **KAINARA LIRA DOS ANJOS, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/02/2023, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3097279** e o código CRC **8D19A75F**.

RESUMO

Com a crise nas cidades do interior na década de 1980 houve no Brasil um investimento no turismo cultural a fim de recuperar a economia das cidades. Assim surge o Parque do Povo, espaço livre público (ELP) criado para abrigar a festa do Maior São João do Mundo e atrair investimentos e turistas. O que se vê nesse processo é cada vez mais a privatização e a mercantilização de um espaço que deveria ser de todos priorizado às elites. Apesar disso, é possível perceber uma apropriação cotidiana do parque, o que mostra a importância desse lugar para a cidade, enquanto um ELP de localização privilegiada e de valor histórico. Assim, esse trabalho objetiva compreender a apropriação e a produção do Parque do Povo e sua relação com o direito à cidade, enquanto um direito de obra coletiva. Para isso, foram realizados um levantamento do contexto histórico de criação do Parque e uma pesquisa de campo com o intuito de mapear as apropriações cotidianas mais frequentes no Parque. Percebeu-se a partir da pesquisa um uso predominante voltado ao lazer, em que diversas atividades espontâneas acontecem simultaneamente e um outro uso mais formalizado, que é a feira agroecológica que ocorre semanalmente. As análises do espaço do Parque e suas apropriações convergem para o entendimento de que é importante que essas apropriações sejam potencializadas a fim de garantir que este ELP cumpra sua função social e que seja efetivado o direito à cidade.

Palavras-chave: apropriação; espaço público; direito à cidade.

ABSTRACT

With the crisis in the interior cities in the 1980s, there was an investment in cultural tourism in Brazil in order to recover the economy of the cities. This is how Parque do Povo was born, a public open space created to host the festival of the Maior São João do Mundo and attract investment and tourists. What is seen in this process is the increase of the privatization and commodification of a space that should belong to everyone, prioritized to the elites. Despite this, it is possible to perceive a daily appropriation of the park, which shows the importance of this place for the city, as a public space with a privileged location and historical value. Thus, this work aims to comprehend the appropriation and production of Parque do Povo and its relation with the right to the city, as a right of collective work. For this, a survey of the historical context of the creation of the Park and a field research were carried out in order to map the most frequent daily appropriations in the Park. It was noticed from the research a predominant use aimed at leisure, in which several activities take place simultaneously and another more formalized use, which is the agroecological fair that takes place weekly. The analyzes of the Park's space and its appropriations converge to the understanding that it is important that these appropriations are leveraged in order to guarantee that this public space reaches its social function and that the right to the city is put into effect.

Keywords: appropriation; public space; right to the city.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 Área Para Fins Recreativos e Paisagísticos 1 do PDLI.....	32
FIGURA 02 A favela dos Coqueiros de José Rodrigues.....	34
FIGURA 03 Projeto para urbanização dos Coqueiros de José Rodrigues.....	36
FIGURA 04 Coqueiros de Zé Rodrigues no início dos anos 1980.....	37
FIGURA 05 Palhoção montado nos Coqueiros de Zé Rodrigues no início da década de 1980.....	39
FIGURA 06 Parque do Povo em 1986.....	40
FIGURA 07 Réplica do Cassino Eldorado na cidade cenográfica do MSJM.....	42
FIGURA 08 Cassino Eldorado atualmente.....	43
FIGURA 09 Réplicas das fachadas do Beco da Pororoca na cidade cenográfica do MSJM.....	43
FIGURA 10 Beco da Pororoca atualmente.....	44
FIGURA 11 Fechamento do Parque do Povo para a realização do Maior São João do Mundo.....	45
FIGURA 12 Mapa de setorização do Parque do Povo.....	48
FIGURA 13 Setor norte do Parque do Povo.....	48
FIGURA 14 Pirâmide do Parque do Povo.....	49
FIGURA 15 Setor sul do Parque do Povo.....	49
FIGURA 16 Vista aérea do Parque do Povo.....	50
FIGURA 17 Fachada posterior do Centro Cultural, escadaria de acesso ao Parque e Departamento de Limpeza Urbana da SESUMA.....	51
FIGURA 18 Vista do Parque do Povo a partir da Av. Floriano Peixoto em abril.....	52
FIGURA 19 Mapa de equipamentos do entorno do Parque do Povo.....	53
FIGURA 20 Mapa de uso do solo do entorno do Parque do Povo.....	54
FIGURA 21 Edificações de uso misto no entorno do Parque do Povo fechadas.....	55
FIGURA 22 Mapa de gabaritos do entorno do Parque do Povo.....	56
FIGURA 23 Fachada frontal do Centro Cultural Lourdes Ramalho.....	57
FIGURA 24 Fachada posterior do Centro Cultural Lourdes Ramalho.....	57
FIGURA 25 Escadaria de acesso ao Parque e Teatro Rosil Cavalcanti.....	58

FIGURA 26 Edificação do Departamento de Limpeza Urbana e escadarias de acesso ao Parque.....	58
FIGURA 27 Mapa base do Parque do Povo.....	63
FIGURA 28 Mapa do lazer no Parque do Povo.....	67
FIGURA 29 Setor sul - o Parque como espaço de passagem.....	70
FIGURA 30 Pirâmide - crianças de bicicleta, degraus da escada servindo como mobiliário.....	71
FIGURA 31 Pirâmide - apropriação a partir do patins	71
FIGURA 32 Escadaria entre setor norte e Pirâmide - degraus da escada como assentos.....	72
FIGURA 33 Setor norte - atividades diversas, carros estacionados, escadaria do CC como mobiliário.....	72
FIGURA 34 Setor norte - atividades diversas, desnível da topografia como mobiliário.....	73
FIGURA 35 Setor norte - criança brinca de amarelinha.....	73
FIGURA 36 Mapa da feira - Dia 1.....	77
FIGURA 37 A feira no setor sul.....	78
FIGURA 38 A feira no setor sul.....	78
FIGURA 39 Mapa da feira - Dia 2.....	79
FIGURA 40 A feira na Pirâmide.....	80
FIGURA 41 A feira na Pirâmide.....	80
FIGURA 42 Setor norte do Parque no cotidiano.....	83
FIGURA 43 Setor norte do parque no dia de maior público registrado no São João de 2022.....	84
FIGURA 44 Quantidade de pessoas e área ocupada em cada uso analisado.....	86
FIGURA 45 Pixação sendo apagada durante a montagem do Maior São João do Mundo.....	89
FIGURA 46 Pixação no entorno do Parque do Povo durante o período junino.....	90
FIGURA 47 Pixação presente no Parque do Povo durante a montagem do Maior São João do Mundo.....	91

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
1 PERCURSOS TEÓRICOS	13
1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	14
1.1.1 A triplicidade do espaço	15
1.1.2 As propriedades do espaço	16
1.2 O DIREITO À CIDADE	17
1.2.1 O direito achado na rua	20
1.3 O ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	21
1.4 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO	23
1.4.1 As práticas cotidianas	25
1.4.2 A festa	27
2 ALÔ MEU PARQUE DO POVO	30
2.1 O ESPAÇO CONCEBIDO	31
2.1.1 A criação do Parque do Povo	31
2.1.2 O Maior São João do Mundo	38
2.2 O ESPAÇO PERCEBIDO	47
2.2.1 O Parque do Povo	47
2.2.2 O entorno	52
3 PP HOJE?	60
3.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS	62
3.2 O ESPAÇO VIVIDO	65
3.2.1 O lazer	66
3.2.2 A feira	74
4 PARQUE PARA QUE POVO?	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de urbanização desigual e precária das cidades brasileiras, relacionado à industrialização e à migração campo-cidade, não foi acompanhado por intervenções estatais urbanísticas e infraestruturais suficientes, não atendendo toda a população. A maioria das intervenções realizadas no século passado serviu para remover a população pobre para as periferias das cidades, excluindo-a dos centros urbanos mais bem infraestruturados e com oportunidades econômicas, sociais e culturais. Com o avanço dos ideais de modernização atrelados a pensamentos higienistas, surgem espaços públicos hostis, dos quais a especialização e o zoneamento tendem a contribuir ao controle estatal sobre os usos e apropriações que são dados a eles.

Assim, a produção do espaço urbano pelo cidadão é limitada, tornando-o apenas usuário de um espaço planejado e construído sem a devida participação popular. Conseqüentemente, esse cenário impõe à população de classes mais baixas, espaços e usos pensados em função dos anseios das novas elites urbanas. A produção de um espaço físico urbano excludente nega o direito à cidade para parte dos cidadãos, tornando-os sujeitos não ativos na formulação de um espaço que se denomina “público”.

É por meio dessa dinâmica de produção do espaço que é constituído o espaço público do Parque do Povo (PP), localizado no bairro do São José, região central da cidade de Campina Grande, no interior do estado da Paraíba. Trata-se de uma extensa área pública de 42.500m², construída com o intuito de abrigar “O Maior São João do Mundo” (MSJM).

Situado em uma área de grande circulação e atração de vários grupos sociais, além de ter uma diversidade de usos em seu entorno, agrega dinâmicas típicas das áreas centrais das cidades (convivência entre diferentes, diversidade sociocultural, impessoalidade) e de bairros residenciais (senso de comunidade, laços de pessoalidade).

A denominação deste espaço como “do povo”, sugere sua popularização e coletivização, mas, na prática, o espaço expressa diversas contradições relacionadas à proposição, gestão e controle de usos e atividades no Parque. Tal

fato é evidenciado quando parte das propostas e das formas efetivas de uso e apropriação deste lugar tem excluído a população de baixa renda em função de visões discriminatórias e higienistas.

O Parque do Povo é um espaço público com pouca infraestrutura e que tem seus usos vigiados e controlados, além de passar considerável parte do ano fechado para alguns eventos sazonais de caráter religioso ou comercial como o Encontro da Consciência Cristã, feiras de imóveis e feiras de veículos. Estes eventos movimentam a economia da cidade, mas segregam e disciplinam os usos no local.

Deve-se considerar que, antes de tornar-se o Parque do Povo em 1986, este espaço consistia em uma área natural denominada “Coqueiros de Zé Rodrigues”, onde existiam moradias e a prática de alguns usos e costumes populares ainda ruralizados. Naquele período, uma das práticas exercidas naquele espaço era a apresentação de quadrilhas durante os festejos juninos.

Até então, os festejos juninos eram iniciativas dos moradores da região, das sociedades de bairro e dos clubes sociais, sendo, portanto, de teor popular, ou seja, a participação do poder público ou privado não se fazia presente na sua organização. A festa foi ganhando dimensões cada vez maiores e, na gestão do ex-prefeito Enivaldo Ribeiro, se deu a criação do "Palhoção" para abrigá-la.

A iniciativa seguinte para esse espaço foi a criação do Parque do Povo, pelo então prefeito Ronaldo Cunha Lima no intuito de, segundo os discursos oficiais, criar uma resposta para a crise econômica que afetava a cidade no período. Em 1983, a festa assume caráter de “espetáculo” na tentativa de inserir Campina Grande na rota dos principais eventos turísticos do país, impulsionando a economia da cidade ainda enfraquecida pelo declínio de sua atividade comercial.

Dentre os novos direcionamentos estão a ampliação do período dos festejos (28 dias naquele ano) e a modificação do local da festa para o Largo do Centro Cultural (o Parque do Povo). Desta forma, com a inauguração do Parque do Povo em 1986, este espaço se torna a sede oficial da festa, sob a denominação de “Maior São João do Mundo”.

O espaço público em questão relaciona-se a problemáticas relativas à vida urbana e

ao direito à cidade, tendo surgido de modo a incentivar o turismo cultural por meio do controle da realização das festas juninas pelo poder público. Porém, para atender tal demanda, a cidade, bem como o local onde até então viria a ser o Parque do Povo, passaram por mudanças e reformas advindas do avanço moderno que quase sempre eram baseadas por ideais higienistas de urbanização.

O evento do Maior São João do Mundo reflete diretamente na paisagem, economia, turismo e política da cidade. As modificações da estrutura da festa ao longo do tempo estão atreladas a gestões políticas e iniciativas privadas e nota-se que, ao longo das diversas edições, a festa foi ganhando caráter mais elitista e segregador com a criação de camarotes e um gradativo ordenamento voltado para o seu fechamento e isolamento em relação ao entorno. Todas essas modificações se afastam das premissas de inclusão e qualidade urbana.

Com o intuito de criar uma nova imagem da cidade, reformular o centro e modificar usos e práticas que não condiziam com os ideais higienistas, tem-se a mercantilização e a espetacularização de um espaço em favor de um desenvolvimento econômico e de um progresso idealizados e propagados por agentes políticos e econômicos que têm predominado na construção da agenda pública urbana.

Em oposição a essa lógica de produção da cidade, diferentes grupos permanecem resistindo nos espaços públicos, se apropriando e intervindo neles. Esses grupos ressignificam os espaços subutilizados, como é o caso do Parque do Povo, de maneira a exercerem o direito à vida urbana e dando outros significados à lógica da cidade. Essa constante ação de grupos populares, organizados ou não, busca formas de reivindicar espaço, e, além disso, o direito de produzir o espaço, reforçando seu valor de uso.

Faz-se relevante o estudo sobre o Parque do Povo, enquanto um grande espaço livre público localizado no centro da cidade, lugar de grande circulação e trocas sociais, de importante valor histórico e que, em teoria, é acessível a todos. O “Maior São João do Mundo” mostra a importância do lazer para a população e sua possibilidade de modificar a economia local. No entanto, durante os outros onze meses do ano em que a festa não acontece, essa importância é ignorada pelo poder público e o Parque carece de infraestrutura e equipamentos que incentivem o seu

uso, reconhecendo os usos e apropriações atualmente informais.

Nos discursos e no imaginário da cidade, o Parque do Povo é símbolo dos encontros, das trocas e da manifestação popular, mas, na realidade, sob perspectiva excludente dos governos municipais, dificulta usos e apropriações de forma democrática e livre. Apesar dos vários estudos abordando os discursos, interesses e o contexto em que foi criado o Parque e, mais especificamente, a festa de São João, vê-se a necessidade de uma abordagem voltada ao direito à cidade e à função social do Parque do Povo, enquanto espaço livre público.

Dessa maneira, essa pesquisa se destina a responder à seguinte questão: quais são os usos e apropriações dados ao Parque do Povo e quais suas implicações no exercício do direito à cidade? Para tal, este trabalho tem como **objetivo geral** investigar as relações entre a apropriação e a produção do espaço livre público do Parque do Povo em Campina Grande-PB e as possibilidades de efetivação do direito à cidade neste espaço.

Os **objetivos específicos** são: (i) recuperar o contexto histórico de produção socioespacial do Parque do Povo e, conseqüentemente, de criação do Maior São João do Mundo, a fim de compreender as motivações e implicações dessa construção; (ii) analisar as relações entre os condicionantes da configuração espacial do Parque do Povo e as reconfigurações a partir das práticas socioespaciais que estão presentes neste lugar cotidianamente; (iii) reconhecer e refletir sobre as ações e práticas dos diferentes agentes e atores que produzem, controlam, se apropriam e usam os espaços do Parque do Povo para identificar as que podem contribuir e as que são obstáculos à democratização dos usos e formas de apropriação e aos encontros dos diferentes.

O método de pesquisa utilizado neste trabalho é o dialético e foi realizada uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, de natureza aplicada e de abordagem qualitativa. Os procedimentos metodológicos serão desenvolvidos em cinco etapas, quais sejam: (i) revisão bibliográfica acerca dos conceitos a serem abordados relacionados ao tema; (ii) levantamento de documentos, como matérias de jornais, planos e projetos urbanísticos, e trabalhos acadêmicos que discutem o objeto em estudo, o Parque do Povo; (iii) pesquisa de campo, em que serão feitos registros fotográficos e análise comportamental dos usuários, além de mapeamento das

apropriações; (iv) sistematização e análise dos dados, por meio da elaboração de linhas do tempo, diagramas, mapas temáticos; (v) resultados e discussões, relacionando a produção do espaço do Parque do Povo com o direito à cidade.

O trabalho está estruturado em 4 capítulos, além das considerações iniciais e finais. O primeiro capítulo consiste na abordagem do referencial teórico da pesquisa, apresentando autores que discutem, de forma geral, a produção do espaço urbano, o direito à cidade, o espaço público contemporâneo e sua apropriação. O segundo, intitulado “Alô meu Parque do Povo”, fazendo referência à frase proclamada nos 30 dias de festa no palco do Maior São João do Mundo, volta os olhos ao objeto de estudo desde a sua criação até a sua configuração espacial atual. O terceiro capítulo, de título “PP hoje?”, frase constantemente utilizada pelos jovens durante o período junino, convida a refletir sobre os usos e apropriações dados a este espaço público, a partir da pesquisa de campo realizada. O quarto e último capítulo, retoma a pergunta do título do trabalho para refletir sobre os resultados da pesquisa e relacioná-los aos conceitos abordados no primeiro capítulo.

Assim, esse trabalho pretende levantar reflexões sobre o lugar e apresentar novas visões e possibilidades tanto aos gestores públicos quanto à toda a população, em especial aqueles que tentam se apropriar e usar os espaços do Parque do Povo e que, desse modo, lutam pelo direito à cidade. O estudo a ser desenvolvido pode colaborar para futuras propostas de diretrizes e projetos de intervenção urbanística para a área.



CAPÍTULO 1

1 PERCURSOS TEÓRICOS

Para refletir acerca do urbano, é fundamental considerar o modo pelo qual se realiza a vida na cidade, ou seja, a prática socioespacial, que tem como marca as formas de apropriação do espaço como elemento de realização da existência humana. Com isso, para embasar as discussões sobre os usos do Parque do Povo, neste capítulo serão abordados alguns conceitos relacionados à produção do espaço urbano, ao direito à cidade e reflexões acerca do espaço público na contemporaneidade e suas formas de apropriação.

1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Henri Lefebvre (2006), a partir de sua “teoria da produção do espaço”, considera o espaço urbano fator fundamental para o entendimento da reprodução da sociedade, visto que ele é suporte das relações sociais, implicando pensar a multiplicidade da articulação sociedade-espaço como relação dialética.

Não há realidade social inespacial, na medida em que as relações sociais se materializam num território material e concreto; logo, “ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática socioespacial” (CARLOS, 2007, p. 20-21). A espacialidade não se define em si, de forma independente. O espaço não é jamais vazio, dotado somente de propriedades formais, ele tem sempre uma significação. Enquanto tal, ele implica diferenças, ele é plural (LEFEBVRE, 2006).

A reprodução das relações de produção coincide com a reprodução dos meios de produção e se efetua através da cotidianidade, do lazer, da cultura. Assim, o espaço urbano se revela como condição, meio, produtor e produto da ação humana pelo uso. Logo, o espaço é social e histórico, e por isso, é uma vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura da sociedade.

Como condicionante dos modos de produção, o espaço urbano apresenta-se com uma morfologia espacial hierarquizada e fragmentada, o que é possível perceber no Parque do Povo. A configuração do Parque é reflexo dos ideais dos gestores municipais e é também condicionante de como se dão as percepções e as formas de uso dados a este.

1.1.1 A triplicidade do espaço

O pensamento de Henri Lefebvre contribui para a reflexão do papel do espaço e da vida cotidiana no processo de reprodução das relações sociais de produção. Adotou-se para a análise do objeto de estudo desta pesquisa - o Parque do Povo - a teoria do espaço social definida por Lefebvre, em seu livro *A produção do Espaço* (2006), que define três pilares do espaço dialeticamente interconectados. São eles:

a) **O espaço concebido** é o das representações do espaço, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas a um sistema de signos verbais, conhecimentos e ideologias, elaborados intelectualmente. O espaço concebido é o modo de produção, o espaço dominante numa sociedade, dos tecnocratas, dos cientistas, dos urbanistas, dos planejadores.

A representação do espaço, ligada ao poder e ao saber, domina e subordina o espaço de representação. É o espaço planejado, da normatização e do controle social. Apesar de tentar disciplinar os usuários, na maioria das vezes, o espaço concebido não é a forma como as pessoas vivenciam a cidade. De tal forma pode-se perceber na concepção do Parque do Povo moldado para o Maior São João do Mundo mas que também possui distintos usos e apropriações que se prolongam para além da festa.

Lefebvre confere a esse espaço um caráter abstrato, em contraponto ao espaço absoluto, o espaço vivido/percebido das representações e das práticas espaciais cotidianas. Produto da violência e da guerra, o espaço abstrato é instituído pelo Estado, é por meio dele que os detentores do poder - político e econômico - destroem o que representa ameaça e resistência, abrindo caminho para a homogeneização das diferenças.

b) **O espaço percebido** é o da prática espacial e engloba produção e reprodução social. Numa interação dialética, a prática espacial de uma sociedade produz o espaço dominando-o e dele se apropriando. Ele associa a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (as conexões entre os lugares do trabalho, da vida privada, do lazer). Nele, a reprodução das relações sociais predomina. Relacionado aos objetos e fenômenos imediatos, o espaço percebido influencia diretamente no espaço vivido. É a realidade cotidiana, da prática social material.

c) **O espaço vivido**, dos espaços de representação, está ligado ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, e também à arte enquanto subversão. É o espaço das memórias e desejos dos usuários, que tentam apropriar-se e modificar o espaço dominado, através de sua autonomização. Os espaços de representação, através de signos não verbais, contém os lugares da ação, das situações vividas.

É o espaço dos conflitos e das lutas, da prática social, que supera a dicotomia entre concebido e percebido, transcende o que é pré-estabelecido e tem sua existência como ameaça ao poder hegemônico. Através da apropriação pelos corpos, da construção das identidades e das práticas banais, vislumbra uma possibilidade libertadora. É o espaço da cotidianidade.

Essas reflexões de Lefebvre são fundamentais para a análise do papel do espaço público na cidade contemporânea. Segundo o autor, estaríamos assistindo à valorização do percebido e do concebido, em detrimento do vivido; à valorização da imagem, dos símbolos, do produto em detrimento do uso e das trocas sociais. Por outro lado, a não incorporação do percebido ao vivido deixa sem espaços de representação aqueles grupos sem acesso às estruturas de poder. Estruturas estas que produzem, através de processos tecnocráticos de planejamento e meios de comunicação de massa, as representações do espaço.

1.1.2 As propriedades do espaço

De maneira a nos ajudar a compreender os usos e apropriações do Parque do Povo, trataremos aqui de outra classificação estabelecida por Lefebvre (2002) no livro *A Revolução Urbana*, em que traz a distinção entre isotopias (espaços homólogos) e heterotopias (espaços contrastantes, de tensões):

a) Espaços isotópicos têm funções e estruturas análogas à reprodução do capital, portanto, são espaços mercantilizados, ou seja, com valor de troca. Estes são os espaços racionalizados da ordem e das normas. Espaços formais, que apresentam relações de vizinhança impessoais. Nesse sentido, podem ser inseridos aqui os espaços produzidos pelo poder público, na lógica da dominação política ou da criação de condições para a reprodução do capital. Logo, mesmo os espaços de participação, se forem criados para serem utilizados como mecanismos de dominação, são espaços isotópicos.

b) Espaços heterotópicos são os espaços das práticas urbanas onde as diferenças são bem nítidas e, por isso, muitas vezes apresentam conflitos. Além disso, são espaços desmercantilizados, ou seja, têm valor de uso. São os espaços apropriados para reprodução da vida, referentes à multiplicidade de usos no cotidiano urbano e que trazem a possibilidade de trajetórias e movimentos revolucionários. Apresentam formas e comportamentos distintos dos previstos pela ordem dominante.

A heterotopia está relacionada à centralidade (pessoas, usos e formas de apropriação diversos), do encontro dos diferentes, em oposição à homogeneização. Lefebvre propõe o retorno à centralidade, que foi perdida com o monofuncionalismo e especialização e conseqüente segregação proposta pelo modernismo (LEFEBVRE, 2002).

Além disso, Lefebvre propõe a **utopia** como uma reflexão para um futuro possível, a partir da análise do real e também da identificação de potenciais problemas e de desejos expressivos, baseados nas experiências vividas na cotidianidade. Concebe um caminho e não modelos ou metas definitivos a serem alcançados.

A utopia trazida por Lefebvre se dá como um processo de constante movimento, com o desencadeamento de vários acontecimentos e várias possibilidades, e não um momento de ruptura apenas. Como crítica ao sistema vigente, representa uma aspiração de uma transformação geral e permanente da sociedade, numa perspectiva de desenvolvimento de práticas plurais. A utopia em Lefebvre está diretamente ligada ao direito à cidade.

Essas análises trazidas pelo autor podem nos ajudar a compreender as formas como os espaços da cidade são ocupados e produzidos e qual a lógica que tange tal formação de espaço. Desta forma, observar o Parque do Povo a partir destas constatações nos ajuda a esclarecer as contradições entre os objetivos de sua concepção, enquanto isotopia, e a realidade que engloba seus usos e apropriações cotidianas, enquanto heterotopia.

1.2 O DIREITO À CIDADE

Henri Lefebvre (2002) percebe que, ao romper com o tecido social, tem-se como resultados do capitalismo e da industrialização, a fragmentação morfológica, a segregação socioespacial, a conformação da cidade às demandas da lógica de

produção e reprodução capitalista, com a conseqüente funcionalização da vida. Com isso, há o avanço da exclusão socioespacial e esvanecimento das formas de sociabilidade.

Como uma forma de se opor à produção de cidade vigente, Lefebvre nos traz apontamentos acerca de uma produção social do espaço que deve assumir a visão de todos os seus habitantes. Desta forma, o direito à cidade se coloca, enquanto noção, como o único caminho a ser considerado na luta pelo direito do cidadão como produtor da cidade, o que o tornaria protagonista na transformação do espaço, não sendo somente um espectador da produção urbana.

A partir dessa reflexão, Lefebvre aponta algumas características da vida urbana desejável: os encontros e confrontos das diferenças, a função do espaço urbano como fórum social para o exercício da cidadania, lugar de manifestações inusitadas de indivíduos, da materialização das trocas e de reprodução da vida cotidiana. O espaço urbano é, por isso, fundamental para a reprodução da condição humana.

Portanto, excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da sociedade. É fundamental, nesse cenário, a luta pelo direito à cidade, que concebe o espaço vivido, do respeito e convívio com a diferença socioespacial, e não do consumo e do mercado. Logo, a centralidade da vida urbana, dos encontros e trocas, dos confrontos das diferenças, opondo-se às segregações, é essencial para o exercício do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001).

As preocupações de Lefebvre estavam voltadas para uma perspectiva de ruptura com a ordem urbana capitalista. Para ele, o direito à cidade se refere ao direito a uma vida bem distinta em uma sociedade muito diferente da sociedade atual capitalista, onde a lógica de produção do espaço urbano esteja subordinada ao valor de uso (do consumo improdutivo, do prazer) e não ao valor de troca (consumo de produtos, bens, lugares e signos) (LEFEBVRE, 2001, p. 35).

Lefebvre (2001, p. 134) propõe o direito à cidade como forma superior dos direitos: é o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Além disso, o direito à obra (à atividade participante, de criação) e o direito à apropriação (relacionado ao uso, e não à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

Também refletindo sobre a relação do urbano e o capitalismo, em seu livro Cidades

Rebeldes, David Harvey (2014) esclarece que o direito à cidade na sociedade capitalista está restrito aos grupos com poder político e econômico:

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p.63).

Harvey (2014) aponta que o direito à cidade não significa simplesmente o direito de acesso aos recursos urbanos já existentes: é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os desejos e necessidades dos habitantes (e não de acordo com os interesses do mercado). O autor faz uma interpretação acerca do direito à cidade em Lefebvre e coloca esse direito como um poder de transformação:

Esse direito, afirmava ele [Lefebvre], era ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (...) (HARVEY, 2014, p. 11).

Além disso, o direito à cidade é um direito coletivo e não individual, uma vez que essa transformação da cidade depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização (HARVEY, 2014, p. 28). O direito à cidade aparece, assim, como defesa do bem comum, dos valores históricos e culturais, da cidadania, dos direitos individuais e coletivos, visando a transformação radical da vida urbana.

Esse direito deve, então, ser definido por processos de participação ampla e irrestrita, não se resumindo aos projetos urbanos prontos produzidos pelos centros de produção. Na verdade, é por meio das experiências, inclusive as práticas espontâneas vivenciadas na cidade, de intervenção ativa dos cidadãos, a partir de suas bases sociais, que é possível produzir espaços pautados pelo amplo direito à cidade de todos.

Logo, o caminho mais legítimo democraticamente para se alcançar uma melhor qualidade de vida e justiça social seria através de autonomia individual e coletiva. O direito à cidade seria o direito à emancipação humana, com poder transformador, direito de determinar o que e como é produzido e participar da produção, de modo desalienado. O direito à cidade como direito à tomada de decisões democráticas

sobre o espaço urbano.

A emancipação, neste caso, só pode ser buscada mais como uma forma de utopia, não como um modelo teórico, um plano acabado ou um fim absoluto. Nesta estratégia, as ações táticas tomam a realidade como um campo que permite a construção democrática de possibilidades, que se encontram principalmente nos espaços residuais, produzidos fora da lógica capitalista.

1.2.1 O direito achado na rua

Para Lefebvre (2002), os movimentos revolucionários frequentemente, se não sempre, assumem uma dimensão urbana. Como aponta Harvey (2014, p. 15), a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais”, ela surge “das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”.

Com isso, coloca-se a importância da concepção do “direito achado na rua”, proposto por Roberto Lyra Filho, que contribui para o entendimento do direito à cidade em um sentido político, para além de uma norma jurídica.

O autor afirma que o direito surge da sociedade, enquanto o Estado apenas o declara. E o direito não se esgota na declaração legal que o Estado produz, ou seja, continua a haver direito além da lei e até contra ela. A lei é uma expressão estatal de determinado tipo de direito, enquanto o direito é o processo político e social de constituição de novas conquistas da sociedade.

A dinâmica da sociedade brasileira é uma dinâmica de contradições de valores e de sentidos. O que a dialética do direito vai mostrar é que também existe uma contradição entre direitos e que portanto não existe um único direito, dos grupos dominantes, existe também um direito que luta para se tornar hegemônico, o direito dos excluídos. Várias lutas vão se dando e transformando o direito.

O “direito achado na rua” implica que a rua é o espaço de organização dos movimentos sociais populares, que trazem a demanda do direito a ter direitos. A rua é aqui entendida como o espaço público, o espaço onde se tem direito à formação de opinião, ao livre debate, e à livre expressão de identidades. A fonte primeira de manifestação do direito são as relações sociais. É na rua, no espaço público, onde

são encontradas as possibilidades para os projetos de sujeitos coletivos e para a territorialização dos direitos.

1.3 O ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO

Espaços livres são aqueles espaços que se caracterizam pela ausência de edificações, podendo ter funções variadas. Por isso, podem ser considerados como os elementos mais flexíveis do meio urbano, com grandes possibilidades de transformação e reestruturação do território. Adota-se como Espaço Livre Público (ELP) aqueles cuja função básica permite a interação da sociedade sem restrições, sendo totalmente acessível a qualquer tipo de público, podendo ser apropriado de diversas maneiras possíveis.

Segundo Borja (2000), o espaço público consiste em um terreno livre de construções (exceto equipamentos coletivos e serviços públicos) e cuja destinação são usos sociais característicos da vida urbana (recreação, eventos coletivos, mobilidade, atividades culturais e às vezes comerciais, referências simbólicas monumentais, etc.). O espaço público também tem uma dimensão sociocultural. É um lugar de relação e de identificação, de contato entre pessoas, de animação urbana, por vezes de expressão comunitária.

O espaço público pressupõe, assim, domínio público, uso social coletivo e multifuncionalidade. Caracteriza-se fisicamente por sua acessibilidade, o que o torna um fator de centralidade. A qualidade do espaço público pode ser avaliada sobretudo pela intensidade e qualidade das relações sociais que facilita, pela sua força de mistura de grupos e comportamentos e por sua capacidade de estimular a identificação simbólica, expressão e integração culturais (BORJA, 2000).

Como é na rua, no espaço público, que pode ser reivindicado e exercido o direito à cidade, faz-se relevante o entendimento desse espaço na contemporaneidade, como o espaço da ação política. O espaço público também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do capitalismo, ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos.

Os espaços públicos são elementos de grande influência sobre a morfologia, percepção e ocupação do meio urbano. Entende-se o espaço público como um

espaço aberto e totalmente acessível a todo cidadão. Pertence à coletividade, podendo ser apropriado de diversas maneiras e deve proporcionar a convivência comunitária e interação cotidiana e indiscriminada entre os habitantes.

No livro *O espaço público na cidade contemporânea*, Serpa (2007) levanta algumas questões acerca do tema: Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, deveriam ser acessíveis a todos? Um lugar acessível a todos, em qualquer horário, não deveria ser uma das características principais de um espaço público? Estamos diante de espaços verdadeiramente públicos ou de espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público? Os modos de utilização são compatíveis com as intenções originais dos projetos, com a estética e os conceitos utilizados na concepção dos grandes parques urbanos?

A acessibilidade no espaço público não é somente física, mas também simbólica. A soma de apropriações de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. O parque público é um espaço aberto à população, acessível a todos, posto à disposição dos usuários, mas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. Os espaços públicos das sociedades capitalistas são construídos de modo a resultar na exclusão das presenças, discursos e ações de certos grupos sociais não hegemônicos.

Além disso, as práticas urbanas que se realizam nos espaços públicos contemporâneos ocorrem em um processo de territorialização da cidade. Os usuários privatizam o espaço público através de barreiras simbólicas. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Falta interação entre esses territórios. Os usuários do espaço contribuem, assim, para a amplificação da esfera privada no espaço público (SERPA, 2007).

Para Serpa (2007), estamos diante de um estilo de vida de classes médias que homogeneiza as diferenças culturais em prol de modos de consumo mundializados. A sociedade atual impõe inúmeras regras com o intuito de normalizar os indivíduos, para abolir a ação espontânea e a reação diversa, substituindo-as por comportamentos específicos. Desta forma, há a hierarquização das práticas sociais, de certa forma, possibilitando ou impedindo-as de ocupar determinados espaços.

São espaços concebidos para a segregação e a desigualdade, que marginalizam as práticas sociais que não condizem com as expectativas de uma porção privilegiada da sociedade. Como aponta Lefebvre (2006), o espaço urbano é um instrumento político de dominação e controle da sociedade, mas essa é uma dimensão que tende a ser disfarçada na aparência de insignificância, de neutralidade ou de vazio do espaço.

Esse processo é resultado de uma concepção (e da promoção) do parque público como cenário, transformando-o em publicidade para as gestões locais, sem nenhuma conexão com práticas sociais que possam dar-lhe algum conteúdo e significado. Serpa (2007) verifica em seu livro que os novos parques públicos são componentes de valorização do espaço urbano que contribuem para um movimento de substituição de população nas áreas requalificadas, através da valorização do solo urbano e expulsão de antigos moradores.

O espaço público mercantilizado é produzido para ser visto, não vivido, tornando-se uma ferramenta turística, comercial, em que o acesso democrático não é uma característica essencial. O espaço público comercial deve ser monumental e simbólico, o que faz com que ele se distancie das necessidades reais da população. Desse modo, o espaço público na sociedade capitalista converte-se em apenas uma representação simbólica do espaço, que não cumpre sua função de proporcionar a convivência e interação entre os cidadãos.

Por ser palco da vida urbana, cenário da vitalidade cotidiana e espaço de trocas humanas, os espaços livres públicos são imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, lugares onde pode ser assegurado o direito à cidade. Por esse motivo, esse trabalho pretende investigar as práticas socioespaciais presentes em um dos mais importantes e simbólicos ELPs de Campina Grande, o Parque do Povo.

1.4 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Retomando a ideia do direito à cidade como direito ao uso; de interação entre pessoas; de valor de uso do espaço; pretende-se discutir um pouco sobre as diferentes formas de apropriação do espaço, e que são encontradas no Parque do Povo, sendo elas, de forma geral, a) as atividades mais rotineiras e espontâneas e,

b) a festa, mais especificamente a festa do Maior São João do Mundo a ser estudada. Portanto, traz-se aqui reflexões de alguns autores relativas à apropriação do espaço fundamentais às análises que serão realizadas sobre o Parque do Povo.

A sociedade contemporânea vive um momento em que a sensação de hostilidade, o individualismo e as relações superficiais são traços característicos dos espaços da vida coletiva. “A lógica econômica realmente varreu todo o ideal de permanência, é a regra do efêmero que governa a produção e o consumo dos objetos” (LIPOVETSKY, 1989, p. 160 apud FONTES, 2011, p. 38).

O planejamento atual de cidade funcional atua na estruturação da circulação de mercadorias e veículos, modificando o cotidiano e resumindo os locais públicos a locais de passagem, esvaziados de sentidos e de trocas, dispensando as relações entre cidadão-espaço e cidadão-cidadão. Nesse sentido, Fontes (2011) coloca as apropriações do espaço, através de intervenções temporárias, como catalisadoras de relações de proximidade e intimidade, tanto com o próprio espaço, quanto na relação entre os indivíduos, atuando reativamente contra esse desfavorável estado de alienação.

A “apropriação do espaço” designa o manejo afetivo e simbólico do espaço (MERLIN e CHOAY, 1988 apud FONTES, 2011, p. 18). Segundo Delgado (2008, p. 192 apud FONTES, 2011, p.18), o espaço público, enquanto espaço de todos, não poderia ser objeto de posse, mas sim de apropriação. Apropriar-se de um espaço significa reconhecê-lo como próprio. Borden (2001 apud FONTES, 2011, p. 66), por sua vez, acredita que a apropriação não é o simples reuso de um espaço, mas o retrabalho criativo desse espaço-tempo.

O processo de apropriação de um espaço construído implica, portanto, certa desconstrução deste espaço, sua transformação criativa, e é aí que reside a essência da vida coletiva. É possível perceber a transformação criativa do Parque do Povo em seu cotidiano, a partir de apropriações que incentivam um novo olhar e diferentes formas de utilização do espaço.

Lefebvre (2006) nota que o espaço abstrato – espaço capitalista controlado pelo Estado – tem como meta a homogeneidade e tende a absorver o uso. Um espaço existente, condicionando formas e funções, pode se encontrar vago e em seguida

reapropriado por um uso distinto do imposto. Assim, a apropriação pode ser vista como um desvio. Apesar de colocar um fim à dominação apenas provisoriamente, essa reapropriação dos espaços pode servir de ensinamento para a produção de novos espaços (LEFEBVRE, 2006). Nesse sentido, Carlos (2007) faz apontamentos sobre o conflito entre dominação e apropriação do espaço:

A dominação ganha o conteúdo das estratégias políticas que produzem o espaço da coação, posto que normatizado pela ordem que se impõe a toda a sociedade, trazendo, como consequência, o direcionamento da prática espacial. Tal fato entra em conflito com o sentido da apropriação que se realiza enquanto prática criativa em luta contra a norma (CARLOS, 2007, p. 12).

O autêntico espaço apropriado seria um espaço do prazer, do desfrute do ócio. A apropriação trata-se de uma ação de colocar sobre um espaço uma lógica própria de utilização que visa suprir, em um primeiro plano, as necessidades e desejos do ser humano, o valor de uso. Para Lefebvre, é neste espaço vivido que se pratica a emancipação do sujeito sobre a alienação.

Serpa (2007) afirma o protagonismo do usuário quando ele se apropria do espaço:

(...) com os processos de apropriação social dos parques públicos, instala-se uma concorrência entre os usos ditos "conformes" com as regras e normas e os usos imprevisíveis ou "proibidos". O usuário é, como os criadores dos parques urbanos, um agente no espaço do qual ele se apropria (SERPA, 2007, p. 77).

As apropriações espontâneas dos espaços públicos, como mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos agentes políticos e planejadores, devem ser interpretadas como discursos. Logo, são fator propício à ampliação da compreensão dos desejos e das necessidades da população e respectivo vínculo ao ambiente urbano. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (distinto da propriedade) que se imbricam dentro do direito à cidade, revelam plenamente o uso. É na apropriação do espaço que se colocam as possibilidades de invenção, ligando a produção da cidade, através do uso, a uma prática criadora, ação. A apropriação é o sentido e a finalidade da vida social.

1.4.1 As práticas cotidianas

O uso produtivo do espaço (o espaço enquanto condição da reprodução econômica) se impõe sobre o improdutivo, o da vida cotidiana (isto é, as possibilidades de realização da apropriação dos lugares da vida sem a mediação do mercado). Os

diversos usos, na cidade, entram em conflito, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade. O primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, enquanto a sociedade luta por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena (CARLOS, 2007).

Lefebvre (1968 apud FONTES, 2011, p. 32) aponta a vida cotidiana como o campo no qual a atividade criadora se projeta, precedendo novas criações. É na vida cotidiana que os espaços, além de construídos e percebidos, são, de fato, vividos. É no cotidiano que está a alienação da vida moderna, mas ele é também lugar de conscientização, território a partir do qual a participação pode surgir (LEFEBVRE, 1991 apud SOUZA, 2010, p. 117-118). Para Lefebvre, a revolução está no cotidiano que se alastra por toda a vida moderna. A alienação deflagrada pelas relações capitalistas de produção pode, assim, ser vencida na própria vida cotidiana, como afirma Souza (2010):

(...) é no cotidiano, que os sujeitos têm a capacidade de se apropriarem dos espaços e fugirem da dominação da razão técnica. É a vida cotidiana, portanto, um espaço de gestação de processos alternativos à dominação moderna, sobretudo no que diz respeito aos sujeitos oprimidos. É na invenção de um cotidiano, onde estão as recepções anônimas e as culturas ordinárias, que estes são capazes de se fazerem protagonistas do jogo social. O cotidiano surge, então, como um espaço de possibilidades, espaço vivido. É nele que está a alienação da vida moderna, mas também é a partir dele que a consciência e, conseqüentemente, a participação pode emergir (SOUZA, 2010, p. 41).

As estruturas institucionais articulam relações de poder na prática urbana, impondo limites, ajustando possibilidades, promovendo uma ordem; contudo não são as únicas forças que movem o urbano. As práticas cotidianas, realizadas por sujeitos anônimos no esforço de contornar modos de vida mais rígidos e instituídos, podem subverter imposições e controles diversos. Essas práticas, opondo-se à passividade esperada pela disciplina imposta pela cultura dominante, encontram espaços de resistência e de liberdade, contornando o poder hegemônico, produzindo novos sentidos e transformando o espaço de acordo com suas próprias necessidades.

Tem-se as práticas cotidianas como resistências e particularidades opondo-se à homogeneidade do lugar. Ou seja, não é apenas o que confere regularidade à vida urbana que define a cidade, mas também os desvios à ordem. A partir dessas considerações, destaca-se a importância de olhar para o espaço vivido no campo subterrâneo da vida social.

Uma vez que é no espaço vivido do cotidiano onde se constitui a identidade, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o espaço e com o outro, construindo uma rede de relações que dão sentido à vida. A apropriação pelo uso dá sentido ao cotidiano, articulando a memória e agindo, significativamente, na construção da identidade, o que nos mostra que existe uma ligação entre cotidiano, lugar e identidade. É assim que o uso ganha significação especial, produzindo a identidade do cidadão com o lugar pela realização das relações sociais e, nesta condição, liga-se à produção da memória que se constitui como produto de um processo de identificação (CARLOS, 2007).

1.4.2 A festa

O que Fontes (2011) defende é que a sociedade atual, individualista, ocupa os espaços de forma segregada, em grupos que não interagem entre si. Há uma relação pessoa-espaço, a relação cotidiana. Já as intervenções temporárias, a exemplo das festas, incentivam a interação pessoa-pessoa. Castro (2012) coloca o lazer festivo contemporâneo em oposição a uma racionalização mecânica excessiva da vida social.

Quanto mais pessoas de diferentes grupos sociais se sentirem livres e seguras para ocupar os espaços públicos, mais democrática a cidade é. A festa pode ser esse encontro de diferentes na apropriação dos espaços públicos. Henri Lefebvre frisou que os espaços públicos não são mais ocupados pelo povo e a festa serve como uma ação revolucionária nesses locais.

Lefebvre (1991a apud CASTRO, 2012) aponta que não deve existir a separação entre cotidianidade e lazeres ou vida cotidiana e festa, ou seja, o ato de festejar deve fazer parte das práticas cotidianas do sujeito e da coletividade, transformando a vida cotidiana, e não sendo uma irrupção destoante. Destaca-se a importância da festa para a construção do direito à cidade, como lugar de manifestação cultural de um povo, do valor de uso pleno, do instante da não-produtividade, do prazer coletivo como fim. A festa é uma forma de garantia do direito à vivência urbana: através das trocas e interações entre pessoas se dá a articulação com o espaço urbano (SOUZA, 2010).

Lefebvre (1991b apud SOUZA, 2010) coloca o instante festivo como espaço diferencial, de superação do espaço abstrato, uma alternativa para a construção de novas espacialidades. A festa atribui ao espaço novos usos sociais e comportamentos, próprios do imaginário do prazer e da diversão. Pela (re)tomada do espaço e pela interação, pode, muitas vezes, renovar ou questionar as configurações territoriais vigentes. É pela festa que a cidade se liberta dos limites impostos pela regulação social.

Do ponto de vista da iniciativa individual, a festa urbana nos espaços públicos pode estimular um breve ofício de transgressão. Entretanto, do ponto de vista da coletividade, o espaço público está cada vez mais normatizado, uma vez que as festas espetaculares são cada vez mais planejadas e previsíveis (CASTRO, 2012, p. 45). O que aconteceu com algumas festas atuais no espaço urbano foi um processo de normatização e racionalização, “que conservaram alguns elementos relevantes das festas tradicionais e acrescentaram outros elementos e processos. As festas juninas espetacularizadas na área urbana (...) são um exemplo desse processo” (CASTRO, 2012, p. 44).

A previsibilidade estética e de comportamento dos participantes da festa contribui significativamente para limitar as iniciativas individuais ou coletivas de transgressão mais efetiva. Canclini (1983, p. 55 apud CASTRO, 2012, p. 45), destaca que:

A festa continua, a tal ponto, a existência cotidiana que reproduz no seu desenvolvimento as contradições da sociedade. Ela não pode ser lugar de subversão e da livre expressão igualitária, ou só consegue sê-lo de maneira fragmentada, pois não é apenas um movimento de unificação coletiva; as diferenças sociais e econômicas nela se repetem.

Para esse autor, as festas não se constituem em mecanismo de redistribuição ou de nivelção econômica. Castro (2012) confirma este aspecto em seu estudo sobre as festas juninas públicas mercantilizadas. A discussão que se segue sobre as atuais intervenções temporárias de “grande porte”, é se de fato elas contribuem para a população e a cidade ou se são meros instrumentos para movimentar a economia voltada exclusivamente para o turismo e consumo das elites. Temel (2006 apud FONTES, 2011, p. 34), avalia que a promoção de eventos culturais de forma a deixar a cidade mais atraente para o turismo, leva muitas vezes à homogeneização do centro e ao deslocamento de funções para as periferias.

Reforça-se a relevância da dimensão participativa e da resistência, que se apresentam como aspectos diferenciados de atuação sobre os espaços urbanos, em oposição aos grandes eventos projetados. A participação equivaleria a um contraponto à ideia de “espetacularização”, a qual Debord (1967 apud FONTES, 2011) critica em seus estudos situacionistas. Em sua leitura da sociedade pós-moderna, profere que a alienação é a base da sociedade existente, e que a cultura transformada em mercadoria deve se tornar o produto principal da sociedade do espetáculo.

Com isto, a ativação intencional da vida urbana equivaleria à experiência participativa do cidadão frente à cidade (público como ator), constituindo-se em uma forma de resistência à cultura do espetáculo, que tem como princípio característico a não participação (público como espectador). O espetáculo seria a negação do vivido, é um evento para ser visto e não experienciado ativamente e se fundamenta na produção de cenários, na estetização, no jogo de imagens e na passividade do sujeito. O protagonismo ativo do sujeito urbano é uma forma de combater a alienação e a passividade da sociedade.

O espetáculo contempla a vitória da mercadoria que produz cenários ilusórios. Sob a aparência da liberdade, a indústria do turismo reproduz um espaço e tempo controlados, vigiados e homogêneos, reforçando a hierarquia social ao produzir espaços excludentes, com ausência de identidade. O lugar é apenas o que pode ser visto, fotografado e depois esquecido (CARLOS, 2007a).

Os valores e tradições de diversos grupos sociais que se expressavam espontaneamente nas festas populares vêm sendo tomados pelos administradores públicos e pelas empresas, através de megaeventos espetacularizados. Esses eventos têm o intuito de atrair turistas e gerar renda e têm forte apelo imagético e midiático na dimensão político-partidária. É o que acontece com as festas juninas no Nordeste brasileiro (CASTRO, 2012). A imagem da cidade vendida aos turistas apresenta sua cultura e suas artes, enquanto suas mazelas sociais, produzidas pelo processo de privatização dos espaços públicos, são acobertadas.



CAPÍTULO 2

2 ALÔ MEU PARQUE DO POVO

Apresentado o referencial teórico que embasa as análises realizadas sobre o objeto escolhido - o Parque do Povo - faz-se necessário discorrer sobre como ele se apresenta atualmente (o espaço percebido) bem como o contexto em que se deu a sua criação (o espaço concebido). Utilizando-se da teoria levantada, serão discutidos os aspectos históricos que levaram à sua construção e as ações e práticas sociais dos agentes modificadores do espaço e da forma urbana do parque. Além disso, serão descritos os elementos morfológicos que o moldam.

2.1 O ESPAÇO CONCEBIDO

Como visto no primeiro capítulo, o Estado tem grande impacto na produção e reprodução do espaço urbano de maneira ampla. Os espaços públicos, produzidos e mantidos pelo Estado, têm seus usos e significados transformados pelo poder público, interferindo na vida urbana e no comportamento das pessoas.

Assim, é nessa perspectiva que esta parte do trabalho foi desenvolvida, como uma tentativa de compreender como o espaço público do Parque do Povo foi concebido, produzido e controlado pela gestão municipal e como vem sendo apropriado e produzido por atores diversos. Pretende-se investigar também quais as motivações, os interesses, as contradições e os conflitos inerentes a esse processo.

2.1.1 A criação do Parque do Povo

O Parque do Povo está localizado onde antes existia uma área natural livre e alagável, denominada de Coqueiros de Zé Rodrigues, com moradias e alguns usos e costumes populares ainda ruralizados. Era uma área livre alagável, que servia de escoadouro das águas do Açude Novo (atual Parque Evaldo Cruz).

Os planos para desapropriar a área e implantar um Espaço Livre Público no local onde hoje é o Parque do Povo já existiam desde a década de 1970 no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), com projeto urbanístico que propunha um Sistema de Espaços Livres através da integração entre os Açudes Velho e Novo. A proposta, apresentada na figura 01, fazia parte do Plano de Urbanização, Paisagismo e Áreas de Recreação e partia da premissa de que havia na época poucas áreas recreativas na cidade e as que existiam não eram bem

infraestruturadas ou eram privadas, ou seja, atendiam apenas parte da população. O ajuste nessa lacuna se daria a partir da urbanização de alguns vazios urbanos e áreas alagáveis, como era o caso do atual Parque do Povo:

Tais áreas, de maior importância sócio-cultural, devem a todo custo passar ao poder público [desapropriadas], para que possam formar (...) o arcabouço do sistema de áreas verdes de Campina Grande, cujo fruto estará fundamentalmente ligado à sua taxa de conforto urbano, isto é, à sua imagem de marca, que a colocará inclusive em melhores condições de disputar com vantagem sobre outros centros do nordeste, (...) dimensionado segundo índices que a coloquem em igualdade com outros centros desenvolvidos do país.” (PDLI, 1973, p. 132).

Figura 01 - Área Para Fins Recreativos e Paisagísticos 1 do PDLI



Fonte: Plano de Desenvolvimento Local Integrado, 1973.

Entre as atividades previstas no projeto do PDLI para a área do atual Parque do Povo, previa-se um parque cultural com a implantação de um teatro de arena, a construção de um centro cultural, áreas para fins recreativos, playground, circo e festas anuais, somando assim diversos equipamentos “em um espaço dotado de monumentalidade e diferenciado de seu entorno, princípios expressos em seu memorial” (LIMA NETO, 2022, p. 135).

O projeto inicial interligava o parque Evaldo Cruz através de uma passagem de nível inferior com o grande parque cultural originário entre as áreas do Açude Novo e do Açude Velho, onde hoje é o Parque do Povo (PDLI, 1973, p. 135). O que foi executado deste projeto foi o setor que corresponde ao Parque do Açude Novo, inaugurado em 1976. A proposta de desapropriação completa da área correspondente ao Parque do Povo não foi executada neste período.

Elaborado a partir de 1969 e implantado em 1973 durante a gestão do prefeito Evaldo Cruz, o PDLI era um plano pré-requisito do governo federal para liberar verbas para cidades de porte médio. Nele continham medidas a serem tomadas a curto, médio e longo prazo, analisadas por uma equipe multidisciplinar, que tinham como justificativa a melhoria da cidade. No plano urbanístico, o PDLI propunha mudanças no sistema viário urbano, erradicação de favelas e urbanização de áreas centrais da cidade.

Ao analisar os programas dos projetos para as áreas de recreação no PDLI, Lima Neto (2022, p. 109) destaca que os desenhos foram feitos “ditando os usos reconhecidos institucionalmente como sadios e legítimos no contexto da cidade moderna”. O PDLI coloca a população pobre como um “problema à ordem urbana”, que deve ser ocultado, escondido. De modo que dentro do PDLI estava o Plano de Erradicação de Favelas, em que se propunha a erradicação de cortiços e realocação de comunidades para se ter uma “ocupação racional do centro”.

O projeto para a APFR 1 representa a intenção de produzir uma cidade dita desenvolvida e “pelo menos imagetivamente, mais semelhante aos maiores centros urbanos” (LIMA NETO, 2022, p. 146) e aponta a busca por ideais modernos como embelezamento, bem estar e lazer. Porém, os reais propósitos de exclusão social podem ser vistos quando, de forma autoritária e sem a participação dos moradores afetados, a proposta previa a retirada das moradias irregulares presentes na área.

Oliveira (2014) assim descreve a Comunidade dos Coqueiros de Zé Rodrigues:

O Açude Novo sangrava a sudoeste, em um terreno recheado de coqueiros, cujo proprietário era José Rodrigues, que passou a emprestar seu nome a toda extensão do que hoje é o Parque do Povo e a Rua Sebastião Donato. A sudeste (a partir do que conhecemos como a Pirâmide do Parque do Povo) havia uma comunidade com 63 casas onde viviam 255 pessoas, este lugar era simplesmente chamado de Coqueiros de Zé Rodrigues pela vizinhança (OLIVEIRA, 2014, p. 109).

Como pode ser visto na figura 02, essas habitações eram predominantemente de taipa e de chão batido ou de cimento, sendo de um vão único ou tendo até no máximo dois quartos. Uma quantidade considerável não tinha energia elétrica nem instalações hidrossanitárias. Também havia a presença de criação de animais, como patos, galinhas e porcos. O plano propõe a realocação dessas famílias para novos conjuntos habitacionais em áreas mais periféricas da cidade, mas não há dados confirmando que isso foi feito (SOUSA, 2021).

Figura 02 - A favela dos Coqueiros de José Rodrigues



Fonte: Diário da Borborema, 6 de julho de 1975 apud Sousa, 2021, p. 46.

Sousa (2021, p. 38) observa que o PDLI não continha propostas para solucionar as problemáticas relacionadas às comunidades localizadas nas periferias da cidade, já que o centro (e a imagem) da cidade era a prioridade para os gestores naquele momento. Dessa forma, alguns locais foram completamente reconstruídos, o que causou a elitização de alguns setores, com os seus moradores expulsos para outras regiões da cidade, como foi o caso da favela dos Coqueiros.

Coloca-se no plano discurso a necessidade de atender a demanda das classes menos abastadas através da oferta de espaços de lazer para a população de baixa renda local, ao mesmo tempo em que segrega e exclui essa população da área central para as periferias, longe de onde ficariam as áreas de lazer voltadas para esse público. Destaca-se aqui o direito à cidade não só como o acesso à moradia digna, mas também como o acesso ao lazer. Além disso, a expulsão dos moradores locais afeta as relações de vizinhança, destruindo laços de sociabilidade e suas identidades locais.

Nesse sentido, o discurso de modernização, higiene, bem estar e qualidade de vida presente nas propostas e intervenções oriundas do PDLI tem sido aplicado sob um viés de segregação e higienização social ao remover essas comunidades dos territórios que ocupavam nas áreas centrais, de maneira a gerar e afirmar a exclusão socioespacial e o controle social (LIMA NETO, 2022, p.162), enquanto promovia a urbanização da cidade nos moldes pretendidos pelas elites campinenses.

Portanto, observa-se a centralização dos investimentos no centro comercial da cidade, permeados por modelos de intervenção pública impostas pelo Estado sob o signo do higienismo, que “privilegiou e continua privilegiando o setor mercantil com instalações voltadas à reprodução do capital, em detrimento do espaço público e sem levar em conta a participação popular” (DINIZ, 2018, p. 52).

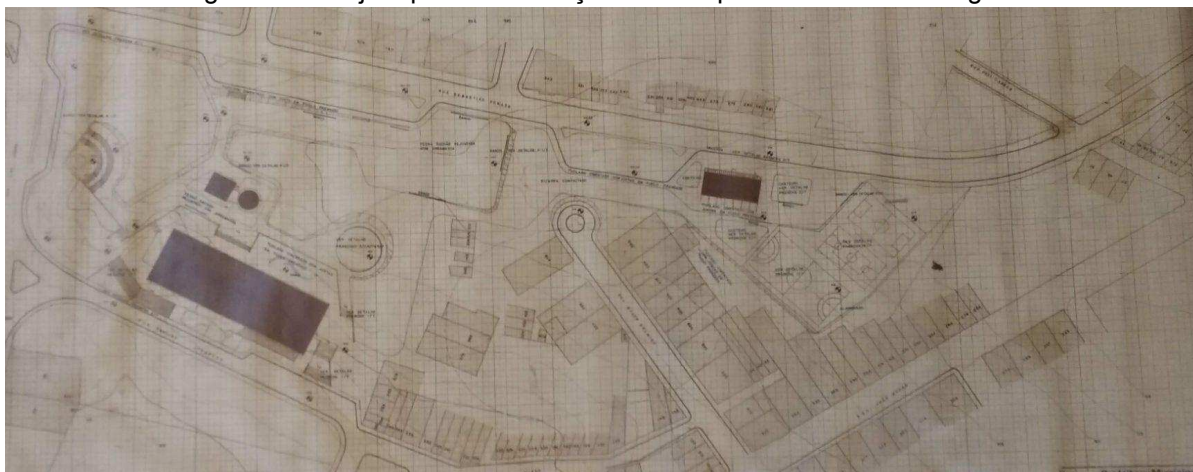
Assim, o PDLI, ao tentar regular a imagem da cidade, insere o Estado como principal agente modelador do tecido urbano e indutor da dinâmica urbana local, determinando e excluindo práticas populares da população mais pobre, enquanto dava prioridade a possíveis turistas e, efetivamente, a outros segmentos sociais. Carvalho (2011, p. 140) coloca o PDLI como um “plano que reforça a imagem técnica da cidade em dissociação à cidade real, vivida e em contraposição”. É a sociedade do espetáculo priorizando a imagem da cidade sobre o espaço vivido.

O PDLI teve um caráter muito mais propagandístico do que de transformação social. A sua elaboração pelo governo de Evaldo Cruz deixou sua marca política e administrativa e lhe permitiu o apoio dos governos federal e estadual e das classes empresariais locais, representando a possibilidade de ascensão política para esse gestor (OLIVEIRA, 2005, p.94 apud LIMA NETO, 2022, p. 146).

Em 1978, durante a gestão de Enivaldo Ribeiro, Campina Grande recebe recursos do governo federal para implantar o Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada - CURA, que desalojava a população excedente das áreas a serem beneficiadas com suas ações de desapropriação de terrenos.

Segundo Silva (1987, p. 37 apud COSTA, 2010, p. 99), os objetivos do projeto CURA eram de melhorar infraestruturas e serviços básicos das cidades e eram supostamente antiespeculativos, porém, na verdade, as áreas contempladas por esse projeto sofreram um processo de valorização especulativa. A implantação das obras do CURA, que desapropriou algumas áreas centrais, favoreceu a concentração de renda e intensificou o processo de ocupação da periferia de Campina Grande.

Figura 03 - Projeto para urbanização dos Coqueiros de José Rodrigues



Fonte: PMCG, 1979.

A Planta de Urbanização dos Coqueiros de José Rodrigues, datada de 1979 e mostrada na figura 03, indica a continuidade dos investimentos, naquele momento com recursos do Projeto CURA, na área correspondente à APFR 1 do PDLI. Porém, devido aos poucos recursos disponíveis para execução das obras, o projeto ao qual se refere o desenho não foi executado por completo, visto que o Parque do Povo não conecta o Parque do Açude Novo ao Açude Velho.

Esse projeto pretendia realocar a população residente dos Coqueiros. De modo que no fim da década de 1970, durante a gestão do prefeito Enivaldo Ribeiro, ocorreu a expulsão dos populares ali assentados. Essas famílias que sofreram desapropriações nesse período, muito provavelmente, buscaram outras favelas em áreas periféricas para se abrigarem, fator que, possivelmente, contribuiu para o aumento dos assentamentos precários da cidade.

Em 1982, é inaugurado o Centro Cultural, no perímetro do atual Parque do Povo, onde está até hoje. A construção desse Centro fazia parte do projeto de Urbanização dos Coqueiros de José Rodrigues do Plano de Urbanização da Área Central do CURA. A figura 04 mostra os Coqueiros no início dos anos 1980, já após sua urbanização. É a partir daí que os festejos juninos passam a acontecer no largo do Centro Cultural, até se tornar o Maior São João do Mundo, aspecto a ser abordado no tópico a seguir.

Figura 04 - Coqueiros de Zé Rodrigues no início dos anos 1980



Fonte: cgetalhos.blogspot.com, 198?

2.1.2 O Maior São João do Mundo

Esse tópico apresentará uma breve contextualização sobre os festejos juninos em Campina Grande e sua transformação ao longo do tempo, até se tornar o Maior São João do Mundo. Já que o Parque do Povo é a área objeto de estudo desse trabalho, esse tópico irá focar no histórico da festa nesse espaço livre público, discutindo as motivações e contradições presentes na sua produção.

Os festejos juninos têm feito parte da dinâmica urbana de Campina Grande a partir da década de 1940, momento marcado pela formação de suas áreas periféricas, em decorrência dos processos migratórios. O declínio da produção do ouro branco na década de 1940 atinge a população de baixa renda, que é forçada a deixar o campo. Com isso, a zona urbana inicia um processo de industrialização, atraindo essa população rural, que se instala nas áreas periféricas da cidade e traz consigo alguns costumes como os festejos juninos.

Logo, as confraternizações ocorriam de modo espontâneo, a partir de iniciativas dos moradores da região, reafirmando as proximidades, os laços de afetividade e sociabilidade entre amigos e familiares em suas residências e nas ruas. Inicialmente, não existia participação do poder público ou de agentes privados patrocinando ou organizando os festejos. Posteriormente, as elites passam também a festejar em clubes e associações. Em contrapartida, há a articulação das festas de bairro a partir das SABs, Clubes de Mães, igrejas e escolas.

Com a crise, em meados da década de 1980, os gestores da cidade passam a apostar no turismo de eventos, com a realização de festas-espetáculos, para alavancar sua economia. Tais eventos passaram a ganhar forças com a construção do Parque do Povo, para a realização daquele que se denominaria “Maior São João do Mundo”. Nesse cenário, a cultura torna-se uma *commodity*, de modo a alavancar o turismo local e retomar o dinamismo econômico pós-declínio do comércio algodoeiro. Além de constituir-se como uma forma de manutenção e conquista de capital político pelos prefeitos e os grupos que lhe dão suporte.

Em 1976, o governo municipal, na gestão de Evaldo Cavalcanti Cruz, vislumbrando coordenar e concentrar espacialmente a festa, passa a organizar a estrutura do evento e monta dois arraiais na Estação Velha e no Açude Novo (Parque Evaldo

Cruz), com barracas de comidas típicas e palco para apresentações de shows musicais e quadrilhas. Todavia, como relembra Marques (2018, p. 101), é quando Ronaldo Cunha Lima constrói o Parque do Povo em 1986, que a espetacularização midiática e turística da festa junina na cidade se amplia.

Na década de 1980, muitas cidades brasileiras passaram a vender a sua imagem de marca a partir do turismo de eventos. Campina foi uma dessas cidades e é até hoje um dos principais polos festivos do país, em se tratando dos festejos juninos. Castro (2012) discorre sobre esse período e a consequente espetacularização das festas juninas:

Notadamente a partir da década de 1980, quando ocorre um incremento no turismo no território brasileiro, intensificou-se os processos de espetacularização das festas juninas no espaço urbano de algumas cidades do Nordeste brasileiro. Apesar das festas juninas se constituírem em um evento festivo que atinge praticamente todos os municípios nordestinos, o grau de espetacularidade e a dimensão espacial desses eventos determinou o surgimento de alguns polos festivos (CASTRO, 2012, p. 101).

Em 1982, o então prefeito Enivaldo Ribeiro desapropriou uma área conhecida como Coqueiros de Zé Rodrigues, nas proximidades do Açude Novo, para abrigar o centro cultural e em parte dessa área, cerca de 25 mil metros quadrados, é construído o Palhoção, grande e rústico barracão montado com madeira e coberto com palhas de coqueiros, para ser um dos pontos a abrigar a festa junina (figura 05).

Figura 05 - Palhoção montado nos Coqueiros de Zé Rodrigues no início da década de 1980



Fonte: cgretalhos.blogspot.com, 198?.

No ano de 1983, na gestão de Ronaldo Cunha Lima, este local passa a concentrar a festa junina municipal. A partir de então, a festa assume caráter de “espetáculo”, na tentativa de inserir Campina Grande na rota dos principais eventos turísticos do país, impulsionando a economia da cidade, ainda enfraquecida pelo declínio de seu comércio.

Entre os anos de 1987 e 1988, na gestão do prefeito Ronaldo Cunha Lima, essa área é ampliada, devido ao êxito do evento, a partir da desapropriação de imóveis circunvizinhos ao espaço da festa, passando a ter 42,5 mil m².

Dentre os novos direcionamentos estão a ampliação do período dos festejos (28 dias naquele ano) e a modificação do local da festa para o Largo do Centro Cultural (o Parque do Povo). Desta forma, com a inauguração do espaço em 1986, a festa passa a ser centralizada, sob a denominação de “Maior São João do Mundo”, manifestando interesses econômicos das elites locais. A figura 06 mostra a estrutura da festa naquele ano.

Figura 06 - Parque do Povo em 1986



Fonte: cgetalhos.blogspot.com.

Os elementos da autenticidade da cultura junino-nordestina já são enunciados na concepção inicial da festa, no plano simbólico discursivo de seus organizadores. O

próprio idealizador do MSJM, Ronaldo Cunha Lima, assim justificava a instituição da festa: "resgatar as raízes culturais comuns às festas juninas e abrir caminhos para a retomada do desenvolvimento econômico local, sob a forma de inserir a cidade no universo da indústria turística" (NÓBREGA, 2010, p. 161-162).

O que se vê na verdade é a descaracterização do festejo, a fim de garantir maiores lucros e o distanciamento da população, que se torna espectadora de um modelo espetacularizado de megaevento que atende a propósitos políticos, financeiros e interesses da mídia.

Na segunda metade da década de 1990 passa-se a ter no MSJM uma cidade cenográfica, fogueira artificial e camarotes. A justificativa de construir a cidade cenográfica permite que os discursos dos organizadores da festa e da mídia apontem para a oportunidade dos festeiros conhecerem um pouco da história e reviverem o passado da cidade. A cidade cenográfica faz uma apologia às edificações significativas locais, com réplicas que são simulacros das ainda existentes ou lembranças de outras demolidas, sendo uma estratégia de promover a turistificação de marcos identitários locais.

No ano de 1999, há a adição das réplicas da Catedral da cidade e do Cassino Eldorado, que, de acordo com Lima (2010), provocaram "uma crescente dificuldade de acesso do público àquele espaço". Conforme a autora, a instalação desses dois elementos cenográficos criou uma barreira de acesso à área do palco, diminuindo o espaço de circulação para o público e gerando situações constantes de superlotação com desconforto e insegurança para os participantes da festa.

A autora afirma que os organizadores da festa estavam "mais preocupados em construir um cenário exuberante" para ser visto e admirado pelos campinenses e pelos turistas. Para ela, "a festa junina em sua versão urbanizada não é mais uma festa só para ser vivida, ela é gestada e construída para ser vista" (LIMA, 2010). É aí que está a crítica de Guy Debord (2000) à chamada sociedade do espetáculo, quando o vivido, o real, é substituído pela representação, o simulacro.

O contexto em que se insere o Parque do Povo e a questão do patrimônio da cidade de Campina Grande pode ser vista como um espaço-simulacro, que é definido por Souza (2016, p. 75) como a reprodução de um sítio histórico. O espaço-simulacro,

para ele, traduz a tendência de privatização do espaço através da obtenção de lucros na cenarização dos lugares. “Assim, os sítios históricos já fetichizados são reproduzidos para um público mais restrito e elitizado, que, em geral, prefere a cópia ao original e se enaltece do privilégio de usufruir de um sítio histórico particular.” (SOUZA, 2016, p. 75).

A festa do Maior São João do Mundo cria, dentro do Parque do Povo, um espaço-simulacro da história da cidade, por meio de tapumes coloridos que fazem alusão ao acervo arquitetônico campinense, como exemplificado nas figuras 07, com a réplica do Cassino Eldorado, e 09, com a réplica das edificações do Beco da Pororoca. Esses tapumes fazem parte de um cenário hiper-real, uma simulação que supera e abandona o patrimônio real. É a substituição da realidade por imagens, da sociedade do espetáculo, criticada por Guy Debord.

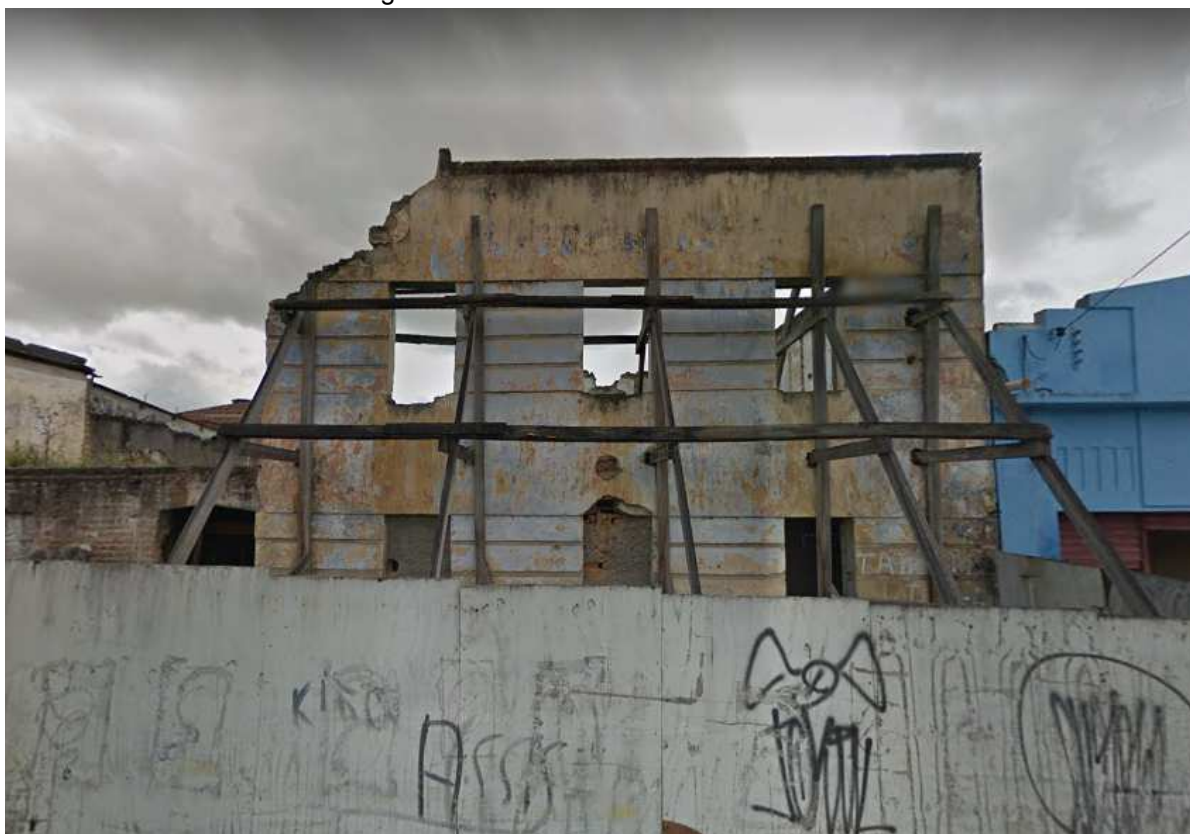
Tal abordagem modifica a real história da paisagem urbana da cidade, criando uma área vazia de contextos e história de fato. Na verdade, o centro histórico de Campina Grande é cada vez mais descaracterizado dia após dia e parte do acervo arquitetônico ainda existente está abandonado, em processo de arruinamento e sem nenhum uso, como visto nas figuras 08 e 10.

Figura 07 - Réplica do Cassino Eldorado na cidade cenográfica do MSJM



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 08 - Cassino Eldorado atualmente



Fonte: Google Street View, 2019.

Figura 09 - Réplicas das fachadas do Beco da Pororoca na cidade cenográfica do MSJM



Fonte: Emanuel Tadeu, 2017.

Figura 10 - Beco da Pororoca atualmente



Fonte: Google Street View, 2019.

Ainda na década de 1990, foi inaugurado na festa o Sítio São João, barraca tendo em seu interior, mobílias que são típicas de uma casa rural. Novamente, o que se observa é uma reprodução imaginária e estereotipada da vida interiorana. Atualmente, o Sítio não se localiza mais no Parque do Povo, foram ampliadas suas funções e dimensões e agora ele recebe o nome de Vila Sítio São João.

Inserir cidades cenográficas no espaço festivo buscando-se fazer uma ponte com os elementos do passado é uma estratégia, de cunho simbólico e estético, em que as municipalidades tentam mostrar que valorizam o chamado São João tradicional de raízes interioranas, todavia, como afirma Castro (2012, p. 223), “pela dimensão física do palco principal e pela logística da festa como um todo, depreende-se que a prioridade é a espetacularidade do evento”.

Em 2013, o palco que era na parte inferior sobe para o setor norte. O palco agora fica em um espaço maior, onde cabem mais de 40 mil pessoas. Com isso, há a criação de área vip cercada com grades de ferro em frente ao palco principal, onde é cobrado ingresso. É notável o aumento da área destinada aos camarotes ao longo dos anos, inferindo uma inclinação à comercialização da festa, negligenciando, assim, o seu aspecto cultural e social.

A partir de 2017, na gestão do prefeito Romero Rodrigues, a festa que era de iniciativa pública passa a ser uma parceria de cunho público-privada (PPP), tornando cada vez mais forte o processo de mercantilização da festa, fomentando o fenômeno da camarotização, transformando o parque que era do povo, cada vez mais objeto de consumo de uma minoria pagante.

Através de processo licitatório, a administração municipal transfere a responsabilidade de organização e gestão do evento para uma empresa privada, mediante o recebimento de verbas municipais, além de captar recursos de outras empresas. Enquanto isso, a prefeitura tem o papel de fiscalizar os serviços prestados. De acordo com a prefeitura, essa escolha foi feita para diminuir as despesas do município.

Após a parceria público privada, o Parque foi adquirindo um maior ordenamento voltado para seu fechamento e isolamento em relação ao entorno. Logo no primeiro ano, evidenciou-se uma reformulação do então layout com o cercamento total da área através de tapumes, como visto na figura 11. Houve ainda a redução e credenciamento prévio de ambulantes para acesso e venda no local, onde antes podiam adentrar livremente, afastando figuras tradicionais e bastante conhecidas na cidade, que tinham a festa como uma fonte de renda. O espaço do Parque do Povo, que é público, passa a ser vendido aos comerciantes.

Figura 11 - Fechamento do Parque do Povo para a realização do Maior São João do Mundo



Fonte: A autoria própria, 2017.

Os vendedores primeiro devem se cadastrar e pagar um aluguel para poder vender dentro da festa, o que já exclui uma parte desses trabalhadores que não tem condições de arcar com os custos. Um outro ponto é que só podem ser comercializados na festa os produtos das marcas patrocinadoras, ou seja, o que implicou no aumento dos custos para os vendedores e, conseqüentemente, diminui seus lucros e aumentou os valores para os festeiros. Além disso, os visitantes não

podem entrar com alimentos, bebida, etc., o que os limita a consumir os produtos vendidos lá dentro.

O caráter mercadológico da festa, com a ampliação da venda de camarotes, barracas e quiosques dentro do Parque do Povo resulta na delimitação de territorialidades, tornando-se explícita a segregação socioespacial (MARQUES, 2018, p. 52). Apesar de possuir entrada franca, a cada edição cresce mais o número de camarotes e barracas de grandes restaurantes que possuem preços muitas vezes fora do alcance da maioria da população. Assim, aos menos abastados resta a condição de espectadores. Cabendo, portanto, a questão: “São João para quem?”

Veicula-se o local da festa, o Parque do Povo, como um espaço aberto, múltiplo, plural, onde pessoas de diferentes interesses, profissões, idades e classes sociais encontram-se. Como destaca Lima (2010), a festa do MSJM é rica em ludicidade, “mas é na mesma intensidade, um ambiente no qual as desigualdades sociais se exacerbam”. Para participar da festa, “é necessário o poder aquisitivo para arcar com as despesas que o ato de festejar comporta”. É um evento aberto a todos, mas são os valores dos produtos ali vendidos que definem seu público consumidor.

Outro fato que merece destaque na festa junina de Campina Grande é a apropriação do evento como o momento propício para a construção de perfis políticos. A festa construída nos espaços do Parque do Povo é um excelente espaço de comunicação dos políticos locais com o povo. A festa foi transformada em uma espécie de palanque para um comício político, quando o prefeito sobe ao palco e toma a palavra (LIMA, 2010).

O Maior São João do Mundo consolida o Parque do Povo como lócus de festas, lazer e consumo, “assim marcando uma apropriação dirigida do espaço urbano e incorporada como estratégia de tornar a cidade viável economicamente e visível ao mundo do turismo” (CARVALHO, 2011, p. 84-85). Entretanto, o impacto na economia local é relativamente baixo comparado com o lucro das grandes empresas e considerando os grandes gastos pelo poder público municipal.

De forma geral, há um relativo esvaziamento do sentido e das possibilidades de apropriação do espaço público do Parque do Povo durante o MSJM que desencadeou um processo de apropriação privada, na medida em que delegou à

iniciativa privada e grandes empresários da cidade a possibilidade de agregar capital às suas respectivas empresas. Em resumo, a festa, que deveria ser sinônimo de civilização, sociabilidade e celebração entre indivíduos, foi reinventada nos moldes capitalistas, gerando a mercantilização do espaço público e a segregação socioespacial, limitando o direito à cidade para alguns.

2.2 O ESPAÇO PERCEBIDO

A fim de compreender o espaço do Parque do Povo, que dá suporte às apropriações que serão aprofundadas no capítulo subsequente, este tópico apresentará as características espaciais do objeto em estudo e seu entorno atualmente.

2.2.1 O Parque do Povo

O Parque do Povo está localizado no bairro do São José, região central da cidade de Campina Grande, no interior do estado da Paraíba. Trata-se de uma área pública de grandes dimensões, aproximadamente 42.500m². Consiste em uma extensa praça seca com pouca ou nenhuma oferta de mobiliários que favoreçam a apropriação e o uso cotidianos, característica que praticamente resume seu uso aos eventos de grande porte que acontecem durante todo o ano.

Para melhor entendimento deste trabalho, serão classificadas aqui três subáreas principais e diferenciadas que podem ser reconhecidas no Parque. Essas três áreas, apesar de manterem características sutilmente distintas, são conectadas formando um todo contínuo e fluido, conforme figura 12. São elas:

Figura 12 - Mapa de setorização do Parque do Povo



Fonte: SEPLAN, 2011, modificado.

A) A primeira parte está em um nível mais elevado e tem como limites o muro de arrimo a norte e o Centro Cultural Lourdes Ramalho e o Departamento de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA) a oeste. A escadaria a oeste vence um desnível de 3m que desce da rua Paulino Raposo até o parque. Para melhor entendimento, vamos aqui nomeá-lo de setor norte (figura 13).

Figura 13 - Setor norte do Parque do Povo



Fonte: Google Maps, 2021.

B) O segundo setor está centralizado no parque e está um nível abaixo do primeiro (setor norte). Trata-se da pirâmide, única área coberta do parque, que é delimitada pela escadaria a norte e escadaria e banheiros a oeste. A forma do “Fórródromo”,

popularmente chamada de Pirâmide do PP, foi criada para abrigar as apresentações das quadrilhas juninas e sua forma remete a uma fogueira estilizada (figura 14).

Figura 14 - Pirâmide do Parque do Povo



Fonte: Google Maps, 2021.

C) A terceira e última área está mais a sul da pirâmide e no mesmo nível desta, delimitada por grandes muros cegos dos lotes vizinhos a oeste, é mais extensa e mais estreita que as outras áreas e tem uma forma irregular. Será denominado neste trabalho de setor sul (figura 15).

Figura 15 - Setor sul do Parque do Povo



Fonte: Google Maps, 2021.

O plano horizontal da praça é uma superfície cimentícia lisa e contínua (figura 16), com desníveis e poucos elementos construídos, tais como escadarias, banheiros, totem com placa de inauguração, além da Pirâmide central já citada. Também não há presença de vegetação que auxilie no conforto ambiental e possível permanência de pessoas. É um espaço uniforme, porém sem identidade. É homogêneo, morfologicamente falando, e sem dinâmica. A identidade do local é mais simbólica do que física, relacionada ao megaevento que ocorre nele - o Maior São João do Mundo.

Figura 16 - Vista aérea do Parque do Povo



Fonte: AH Drones, 2020. Disponível em: [instagram.com/p/CJTV66Prcvc](https://www.instagram.com/p/CJTV66Prcvc)

A Pirâmide funciona como elemento de destaque (marco referencial), mas não há outros elementos atrativos que atraiam os olhares para o parque e que o consolidem como um espaço convidativo. Não há uma possibilidade de vistas, nem de percursos visuais, nem físicos aplicados. O parque não tem acessos bem definidos nem instrumentos que delimitem fluxos. Logo, os veículos motorizados adentram o parque a qualquer momento, sem restrições e sem monitoramento, trazendo riscos e sendo mais um meio de repelir usuários.

Apesar de ser um espaço livre público aberto e bastante acessível por diferentes modais, configura-se como uma quebra no tecido, por não ter identidade com as configurações urbanas do entorno e por ser delimitado por fachadas “cegas” (sem aberturas) dos muros dos fundos dos lotes que o circundam e conter alguns

equipamentos que o “escondem” em uma das laterais, como os banheiros e o Centro Cultural, que “dá as costas” ao parque (figura 17), com sua entrada principal voltada para a rua Paulino Raposo. A topografia do parque também dificulta a visão e o acesso ao espaço a norte por estar abaixo do nível da rua.

Figura 17 - Fachada posterior do Centro Cultural, escadaria de acesso ao Parque e Departamento de Limpeza Urbana da SESUMA



Fonte: Google Street View, 2021.

O superdimensionamento do parque nos traz outra problemática que não favorece o pedestrianismo, pois, apesar de não haver obstáculos físicos internos além da pirâmide, o parque não pode ser visto em sua totalidade nem de seu ponto mais alto, localizado no setor norte. Ou seja, tanto a grande dimensão quanto a topografia dificultam a conexão com o entorno. Desta forma, o espaço do parque apresenta-se como uma ruptura no tecido urbano, não possuindo relação com o seu entorno.

De um lado do parque, há fachadas cegas, do outro é uma via de alta velocidade, com alto fluxo de veículos e sem dispositivos para redução de velocidade e priorização de pedestres, tendo assim pouco movimento de pedestres nos lotes. E essa falta de pedestres ocasiona na ausência de vigilância natural, os olhos da rua, que tragam uma maior sensação de segurança para permanecer no parque. A não priorização dos pedestres na via e no parque contribui para a sensação de insegurança já citada.

Além do mais, o parque é fechado com tapumes a maior parte do ano para eventos privados, o que impossibilita a permeabilidade tanto visual quanto física deste espaço livre que diz-se público (figura 18). Assim, o afastamento das pessoas e o aumento da sensação de insegurança são inevitáveis, pois quanto menos atrativo o espaço, menos pessoas o utilizarão e portanto menos pessoas se sentirão seguras e atraídas pelo espaço.

Figura 18 - Vista do Parque do Povo a partir da Av. Floriano Peixoto em abril



Fonte: Google Street View, 2017.

2.2.2 O entorno

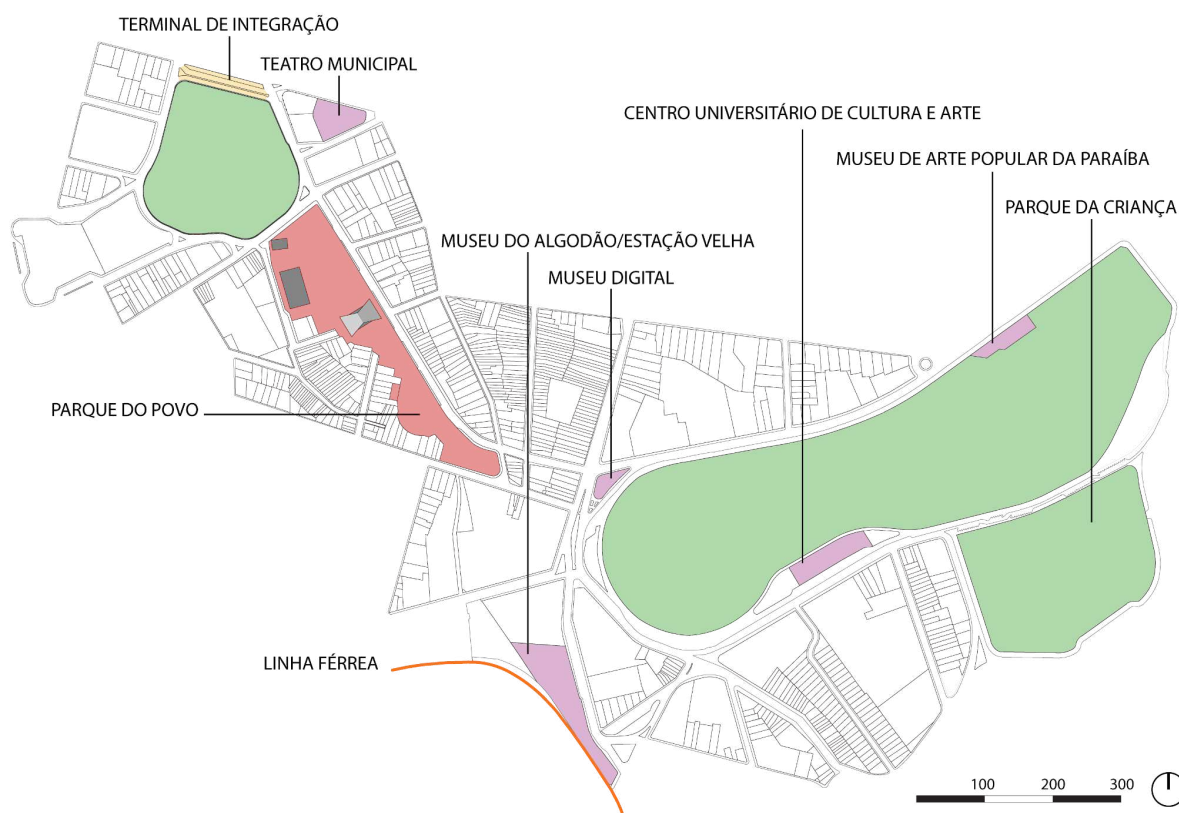
Por situar-se na área central da cidade de Campina Grande, onde os usos predominantes são de comércio e serviços, o Parque do Povo possui um entorno que atrai vários grupos sociais do município e cidades circunvizinhas, tendo assim uma grande circulação de pessoas, para além dos eventos que sedia. Diniz ressalta a importância dos centros das cidades:

O centro da cidade possui uma carga simbólica que está presente no imaginário da sociedade - espaço em que a cidade surgiu e onde estão presentes espaços da memória coletiva. Do ponto de vista econômico, é a área que concentrou e ainda concentra a maior quantidade e diversidade de oferta de comércio e serviços e para onde convergem todos os meios de transporte coletivo que circulam pelos bairros (DINIZ, 2018, p. 59).

Destaca-se a centralidade do Parque do Povo em relação à cidade de Campina Grande, tendo em seu entorno imediato dois espaços livres públicos de grande relevância para a cidade e considerados alguns de seus principais cartões postais: o Parque Evaldo Cruz (popularmente conhecido como Açude Novo) e o Parque Vergniaud Wanderley (Açude Velho). Apenas o segundo tem uma intensa apropriação e uso diários. São áreas de grande valor paisagístico para a cidade que têm suas qualidades e potencialidades desconsideradas dentro da atual agenda pública do município.

Há a presença de alguns outros equipamentos nas suas proximidades, destinados ao lazer, entretenimento, esportes, artes e cultura, tais como: o próprio Centro Cultural Lourdes Ramalho e Teatro Rosil Cavalcanti; o Teatro Municipal Severino Cabral, Museu de Arte Popular da Paraíba (Museu dos Três Pandeiros); o Parque da Criança; o Museu Digital, Museu do Algodão/Estação Velha e; o Centro Universitário de Cultura e Arte (que atualmente encontra-se fechado e sem uso), destacados na figura 19.

Figura 19 - Mapa de equipamentos do entorno do Parque do Povo



Fonte: SEPLAN, 2011, modificado.

Outro equipamento de grande relevância para a cidade próximo ao Parque do Povo é o Terminal de Integração de transporte público, principal ponto de interligação entre os diversos bairros da cidade, uma vez que quase todas as linhas de ônibus chegam no terminal e deslocam-se para os demais bairros da cidade. Logo, o PP é um espaço de fácil acesso a (quase) toda população campinense.

A partir do mapa de uso e ocupação do solo (figura 20), percebe-se que, apesar de localizado em uma área central, seu entorno imediato é majoritariamente de uso residencial. Portanto, além de ter uma diversidade de usos em seu entorno mais amplo, com dinâmicas típicas das áreas centrais (convivência entre diferentes, diversidade sociocultural, impessoalidade), há a predominância de lotes residenciais no entorno imediato, que expressam um senso de comunidade e são estabelecidos laços de personalidade e de vizinhança.

Figura 20 - Mapa de uso do solo do entorno do Parque do Povo



Fonte: SEPLAN, 2011; Google Street View, 2021. Elaborado pela autora.

Ao analisar o mapa de uso do solo do entorno do Parque do Povo, destaca-se uma característica marcante que se estende por todo o Centro da cidade de Campina, que é a quantidade elevada de lotes vazios ou subutilizados, em que se vê vários lotes destinados a estacionamento. Esse é um fator que necessita de um olhar mais atento por parte dos governantes, visto que a maioria destes lotes não estaria cumprindo sua função social.

A construção de moradias de interesse social nestes espaços, por exemplo, seria uma forma de fazer cumprir a função social da propriedade destes imóveis, contribuindo para ampliar a diversidade social na área e favorecendo a promoção do direito à cidade, ao aproximar a população de baixa renda da área central da cidade e conseqüentemente do acesso a serviços e equipamentos públicos.

Outro fator de destaque nos usos do entorno imediato do parque está na atividade comercial eventual, como é o caso das edificações residenciais que se abrem para venda de caldinhos apenas durante o período junino, como exemplificado na figura 21. Logo, um dos fatores que poderia atrair pessoas e trazer uma maior vitalidade ao

parque e seu entorno, torna-se um aspecto negativo por se tornarem fachadas inativas durante quase todo o ano.

Figura 21 - Edificações de uso misto no entorno do Parque do Povo fechadas



Fonte: Google Street View, 2021.

Tratando-se da quantidade de pavimentos das edificações do entorno imediato do parque, como apresentado na figura 22, percebe-se que a paisagem urbana é relativamente uniforme, com poucas variações de gabarito. A maioria das edificações tem apenas 01 pavimento, sendo mais um fator que pode contribuir com a vitalidade e segurança urbana da área. Porém, outros aspectos já mencionados anteriormente não contribuem para a apropriação do Parque do Povo, como suas grandes dimensões, as fachadas cegas dos lotes vizinhos e a alta velocidade dos veículos da rua Sebastião Donato, via que limita o Parque.

Figura 22 - Mapa de gabaritos do entorno do Parque do Povo



Fonte: SEPLAN, 2011; Google Street View, 2021. Elaborado pela autora.

Dentro do perímetro do Parque está o Centro Cultural Lourdes Ramalho (CCLR) que funciona como um espaço artístico-cultural e de socialização que tem como objetivo oferecer cursos gratuitos de capoeira, dança, teatro, pintura e alguns instrumentos. A situação do CCLR pode ser tomada como expressão do descaso do poder público campinense com a cultura. Apesar de representar um importante espaço para a cultura na cidade, o Centro Cultural não é bem aproveitado: quase nenhum evento é realizado no edifício, nem mesmo as apresentações das turmas lá ofertadas.

Devido à proximidade com o espaço público do Parque do Povo, que também está subutilizado, essas apresentações poderiam ser expostas para um maior público, atingindo mais pessoas da cidade, fazendo uso do Parque e cumprindo sua função de encontro e catalisador da cultura.

O CCLR tem suas aberturas voltadas para a rua Paulino Raposo (figura 23), de maneira oposta ao Parque do Povo, o que pode implicar em uma menor vitalidade no Parque nesta área. A marquise criada pelo CCLR voltada ao parque muitas vezes serve de abrigo para pessoas em situação de rua, junto a pixações e grafittis que se colocam nos muros (figura 24). O Teatro Rosil Cavalcanti está localizado no

subsolo do Centro Cultural e é acessado por uma grande escadaria voltada para a rua Paulino Raposo (figura 25).

Figura 23 - Fachada frontal do Centro Cultural Lourdes Ramalho



Fonte: Google Street View, 2021.

Figura 24 - Fachada posterior do Centro Cultural Lourdes Ramalho



Fonte: Google Street View, 2021.

Outro equipamento presente dentro do perímetro do parque é o Departamento de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (figura 26). Ele funciona todos os dias, de domingo a domingo e é de onde saem os caminhões de lixo e as equipes de varrição. Os caminhões e ônibus entram e saem pelo Parque do Povo, o que dificulta o fluxo de pedestres e a permanência de pessoas no parque, trazendo risco aos usuários deste espaço livre, que são muitas vezes crianças.

Quando está acontecendo algum evento privado e o parque fica fechado com tapumes, esses veículos transitam pela rua Paulino Raposo.

Devido à natureza das atividades ali realizadas, este departamento deveria ser implantado em outro local e esta edificação poderia abrigar outras funções mais relacionadas à funcionalidade do Parque do Povo enquanto espaço livre público.

Figura 25 - Escadaria de acesso ao Parque e Teatro Rosil Cavalcanti



Fonte: Google Street View, 2021.

Figura 26 - Edificação do Departamento de Limpeza Urbana e escadarias de acesso ao Parque



Fonte: Google Street View, 2021.

Diante do exposto, vê-se que os poucos equipamentos presentes no Parque do Povo não estabelecem uma dinâmica adequada com o Parque. Enquanto um dos equipamentos tem sua configuração espacial de pouca interface com este espaço público, o outro apresenta uma função incompatível com a finalidade do espaço em

que está inserido.

Para a compreensão de como se dão as apropriações mais cotidianas do Parque do Povo, foi desenvolvida uma pesquisa de campo a fim de entender de que maneira o espaço percebido do Parque do Povo contribui para tais apropriações. O capítulo a seguir apresenta os dados levantados durante a pesquisa.



CAPÍTULO 3

3 PP HOJE?

Como visto no capítulo anterior, o Parque do Povo é, e sempre foi, desde quando foi criado, palco do maior evento festivo da cidade, conhecido como o “Maior São João do Mundo”. O momento em que o Parque se aproxima de sua lotação máxima é durante a festa do MSJM, podendo chegar a 77 mil pessoas no espaço, segundo o Corpo de Bombeiros. Porém, como já mencionado, essa é uma apropriação dirigida do espaço urbano, que gera uma segregação socioespacial e pode se considerar com uma apropriação privada, por haver uma mercantilização desse espaço livre público.

Fora do período junino, acontecem alguns eventos sazonais como o Encontro da Consciência Cristã, realizado durante o período de carnaval, o MotoFest (encontro de motociclistas), Feira de Imóveis, Feira de Carros e alguns shows privados. Estes são eventos que movimentam a economia da cidade, mas que segregam e disciplinam os usos e usuários no local. São formas de apropriação que obstaculizam o encontro entre os diferentes segmentos e grupos sociais.

A invenção de uma experiência de lazer e sociabilidade cidadina fundada nos eventos é um dos fatores que faz esvaziar os ELPs em Campina Grande. Mesmo assim, há alguns usos informais e alguns grupos marginalizados que se apropriam cotidianamente e reivindicam seu direito e reforçam seu valor de uso. Este trabalho pretendeu reconhecer alguns usos e apropriações informais de diferentes grupos que fazem cumprir a função social deste espaço público, como espaço social, reinventando a vida urbana no cotidiano.

O espaço do Parque do Povo durante o Maior São João do Mundo se projeta “com a intenção de dotar de identidade um lugar determinado com um notável esforço de definição formal”. No cotidiano, por outro lado, “a identidade surge com o próprio uso do espaço, constituindo este muitas vezes o suporte capaz de acolher diferentes possibilidades” (MARTÍ, 2005, p. 122 apud FONTES, 2011, p. 131).

Como afirma Fontes (2011, p. 131), um suporte mais ou menos neutro e indefinido no que se refere a usos, como é o caso do Parque do Povo no cotidiano, facilita e incentiva o desencadeamento de apropriações imprevisíveis do que os espaços mais detalhadamente desenhados ou “arquiteturizados”.

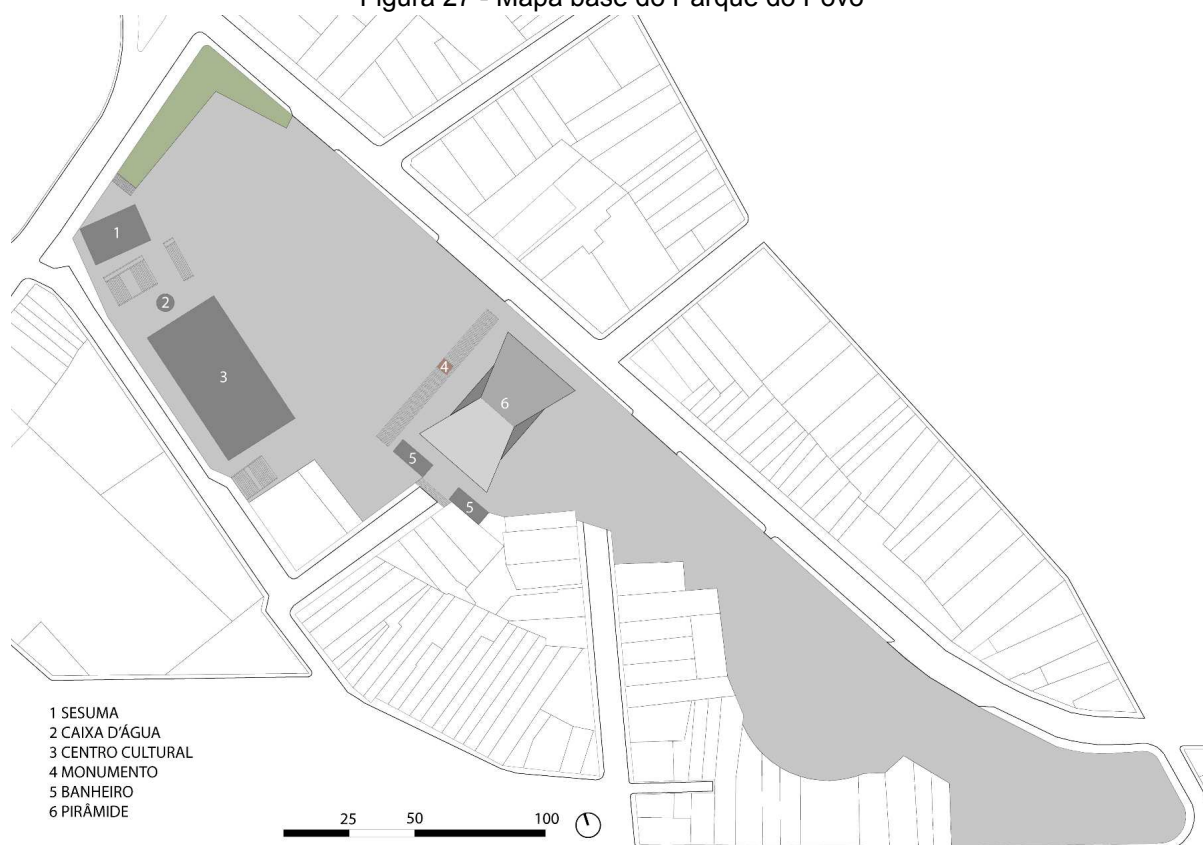
Esta pesquisa pretende analisar os usos e apropriações informais de diferentes grupos que fazem cumprir a função social deste espaço público, como espaço social, reinventando a vida urbana no cotidiano. Para analisar essas apropriações mais informais e cotidianas ao longo do ano, em períodos em que não estão acontecendo os eventos citados anteriormente, escolheu-se adotar como metodologia a observação direta e sistemática, da qual trataremos a seguir.

3.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo estão descritas as etapas metodológicas relacionadas à leitura dos elementos urbanísticos e das apropriações do Parque do Povo no cotidiano. Deste modo, pretende-se realizar uma leitura do lugar para relacionar as apropriações com o direito à cidade e a qualidade urbana presente no local. A finalidade da pesquisa é, portanto, teórico-prática, objetivando-se entender as possibilidades de democratização do espaço, a partir da realização de diferentes usos, atividades e formas de apropriação por grupos diversos, considerando o horizonte teórico-conceitual da formulação lefebvriana sobre o direito à cidade.

Foi escolhido o método da observação sistemática para coletar informações da área em estudo, a fim de compreender questões como: **quem** utiliza, **qual** atividade, **como** se espacializa e **quando** acontece. Para isso, foram realizadas visitas in loco e elaborados cartogramas de usos, a partir de um mapa base (figura 27). Foi possível levantar dados tanto qualitativos quanto quantitativos. Também se utilizou de fotografias do espaço durante o mapeamento para auxiliar na caracterização das apropriações.

Figura 27 - Mapa base do Parque do Povo



Fonte: SEPLAN, modificado.

A metodologia para essa pesquisa de campo dividiu-se em três etapas. Primeiro, realizou-se uma etapa pré-observação em que, a partir de programas como Autocad e Illustrator, foi desenhado um mapa base, indicando a organização espacial do parque, com alguns pontos de referência. Em seguida, foram definidos alguns aspectos a serem analisados durante o mapeamento *in loco*, sendo eles: (i) tipo de uso; (ii) tipo da iniciativa; (iii) frequência da atividade/uso; (iv) faixa etária do usuário; (v) gênero do usuário; (vi) níveis de socialização; (vii) quantidade de pessoas e; (viii) área ocupada.

O tipo de uso exercido e o tipo da iniciativa são aspectos importantes para compreender a natureza das atividades realizadas no parque, sejam elas comerciais, de lazer ou artísticas, de maneira a tentar identificar a diversidade de usos que o ELP do Parque do Povo comporta, ou não, e quais geram atividades participantes e favorecem as interações entre os diferentes. A frequência também auxilia na caracterização de cada tipo de apropriação e na compreensão das necessidades dos usuários e do potencial que o espaço tem para determinada atividade.

A faixa etária e o gênero das pessoas presentes no lugar são importantes para entender o perfil do usuário do espaço, se há uma diversidade, se está sendo utilizado por todos. Também foram analisados os níveis de socialização, para entender se o direito à cidade está sendo exercido de forma plena, com a interação entre grupos sociais diversos.

A partir do levantamento da quantidade de pessoas e da área ocupada por cada tipo de uso, é possível analisar como se espacializa essa ocupação, tentando entender o porquê dessa espacialização. Por ser uma área de grandes proporções, é interessante apreender as várias possibilidades de apropriação espacial que o lugar propicia. É possível também compreender o quanto podem ser realizadas atividades de modo simultâneo ou não, se as atividades permitem essa simultaneidade.

Foram feitas visitas à área para análise do cotidiano do Parque em diferentes horários e, assim, definir quais movimentos se repetem e são mais representativos para se ter uma amostra. Assim, os horários selecionados para a pesquisa de campo foram o final da tarde de domingo (17h), em que são realizadas atividades relacionadas ao lazer, e o início da manhã de sexta (6h), quando acontece uma feira agroecológica, sendo estes os horários com maior quantidade de pessoas utilizando o espaço durante o cotidiano semanal. Devido ao fato desses usos se repetirem semanalmente, foi colhida uma amostra diária como representação de cada apropriação a ser analisada.

A escolha para esses dois dias e horários específicos se deu devido ao fato de, nos demais dias da semana, a apropriação do parque não ser tão expressiva. O Parque do Povo, em suas atividades cotidianas, é um espaço de passagem, de baixo fluxo, cuja movimentação principal se dá pelos trabalhadores do local, não se tratando de uma praça arquiteturada e de atividades de permanência.

De forma geral, tomando como referência suas dimensões, o parque é utilizado por uma quantidade consideravelmente baixa de pessoas, adicionado ao fato de que este é utilizado apenas como uma área de passagem. Além disso, não foi possível identificar uma frequência ou atividades específicas mais significativas em outro horário. Essa amostra (de dois horários e dois usos distintos), mesmo não sendo tão abrangente, permite algumas análises e reflexões sobre o ELP do Parque do Povo e

o direito à cidade. Dessa maneira, este trabalho pode servir de base para futuros estudos mais amplos e aprofundados.

Após a etapa de planejamento e roteirização da pesquisa de campo, aqui chamada de pré-observação, foi realizado o mapeamento dos dados *in loco*, com o apoio do mapa base. A pesquisa consistiu em uma visita à área de estudo nos horários determinados, com uma duração de 30 minutos para cada atividade, percorrendo o espaço e anotando as percepções sobre todos os aspectos pré-definidos. O tempo estabelecido para cada observação foi definido como suficiente para o levantamento dos usos, levando em consideração que não há grande variação de atividades durante o turno.

O mapeamento *in loco* consistiu-se de registros em croquis de todos os aspectos tratados pelas categorias de análise pré-estabelecidas, apresentando a forma como os tipos de apropriação se espacializam no Parque, além de detalhar todas as categorias de análise, seja na forma de desenhos sobre o mapa base ou anotações sobre as percepções. Também registrou-se os mesmos aspectos através de fotografias do local, ilustrando como se dá cada intervenção.

Em um terceiro momento, os dados anotados foram sistematizados digitalmente para melhor entendimento de cada tipo de uso e comparação entre aspectos e entre usos. Com os dados coletados, foi possível realizar a sistematização e análise destes. A análise dos dados seguiu a seguinte ordem: exposição dos dados por meio de gráficos, mapas, fotografias, depois a explicação, interpretação e cruzamentos desses dados.

3.2 O ESPAÇO VIVIDO

Santos et al. (1985) atribuem às apropriações dos espaços públicos a função de “mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores”. Aponta-se aqui, então, a apropriação do espaço público como fator propício à ampliação da compreensão dos desejos e das necessidades da população e respectivo vínculo ao ambiente urbano. Deste modo, torna-se relevante o mapeamento das apropriações do espaço público do Parque do Povo, para além do mapeamento e análises das estruturas formais que o caracterizam.

A apropriação do espaço urbano pelos indivíduos é essencial para a concretização dos seus direitos de cidadania e, conseqüentemente, para a realização de uma cidade efetivamente democrática. Como visto anteriormente, o espaço vivido é aquele que é experimentado pelos seres humanos nas práticas cotidianas da vida (LEFEBVRE, 2006). Nesta parte do trabalho apresentaremos os resultados da pesquisa de campo sobre os usos cotidianos do Parque do Povo, em Campina Grande.

3.2.1 O lazer

O primeiro uso a ser analisado trata-se das práticas de lazer. Para isso, o mapeamento foi realizado no final da tarde de um domingo, mais especificamente de 17h a 17h30. Constata-se que os usos do Parque durante o domingo no horário escolhido são semelhantes a cada semana. Por isso, foi escolhido um único dia para o mapeamento do espaço e obtenção de uma amostra das atividades cotidianas. Esse é o horário em que percebeu-se uma maior apropriação, muito provavelmente por ser um horário com o clima mais ameno, já que trata-se de uma área majoritariamente descoberta e sem arborização. A figura 28 espacializa os usos observados.

Figura 28 - Mapa do lazer no Parque do Povo



Fonte: Autoria própria, 2022.

Ao todo, foram contabilizadas 104 pessoas utilizando o espaço livre do Parque do Povo durante a observação. Destas, 32 eram mulheres (31%), 40 homens (38%) e 32 crianças (31%). Percebe-se, com esses quantitativos, a diversidade tanto de gênero quanto de idade nos usuários do Parque nesse momento, o que revela um potencial do espaço no que diz respeito à percepção de segurança para permanência neste.

Foi observado que diferentes atividades estavam sendo realizadas, todas relacionadas ao lazer e recreação, sendo elas: estar, conversas, brincadeiras, prática de esportes, ou apenas passagem. Pôde-se contabilizar a presença de 10 pessoas com patins, três skatistas, 13 ciclistas, uma criança com patinete, uma criança com uma bola e uma criança brincando de amarelinha. 17 pessoas (16%) estavam sentadas nos degraus e batentes formados pelos desníveis do parque.

Como mencionado anteriormente, devido à característica do Parque como sede de diferentes eventos, não há nenhum tipo de mobiliário ou vegetação no Parque, o que faz com que os usuários levem objetos que sirvam de apoio para a realização de suas atividades ou deem uma nova função aos elementos existentes no espaço.

Assim, pode-se ver o uso de batentes para sentar ou ainda para manobras dos ciclistas. Vê-se também a utilização de objetos levados para servirem de obstáculos para a prática do patins. Presenciou-se, também, o momento em que uma criança desenhou com giz uma amarelinha no piso do Parque, e pouco tempo depois outra criança chegou para brincar no desenho que havia ficado no chão.

Essas formas de apropriação podem ser lidos como manifestação do direito à cidade enquanto obra criativa à medida em que representa uma situação em que o cidadão não apenas utiliza-se do espaço de acordo com a ordem pré-estabelecida mas realizando suas atividades também intervindo naquele espaço para atender às suas necessidades.

A ausência de elementos no parque resulta em um espaço multiuso flexível, em que os usuários se apropriam de forma criativa, e possibilita a apropriação simultânea de diversos usos. Porém, poderia-se implantar estruturas e equipamentos efêmeros que potencializassem esses usos, trazendo maior segurança e conforto aos usuários.

Durante a pesquisa de campo, uma quantidade significativa, 27 pessoas (26%), estava utilizando o parque apenas como espaço de passagem. Algumas destas estavam vestindo roupas para a prática de exercício, o que leva a crer que estavam indo caminhar no Açude Velho, trazendo a reflexão sobre o porquê de o Parque do Povo não ser utilizado para este fim. Apenas 1 mulher estava utilizando o Parque para a prática da caminhada. Além da ausência de mobiliário, a não diferenciação entre fluxos de veículos e de pedestres, por exemplo, como existe em outros espaços públicos como o próprio Açude Velho, desfavorece a prática da caminhada e os usos de forma geral, por trazer riscos de acidentes.

Também foi possível perceber a variedade nos modais de transporte: Havia 5 motos e 15 carros estacionados, além das 27 pessoas que estavam a pé apenas de passagem. Provavelmente alguns dos usuários utilizaram o próprio skate ou bicicleta como transporte até o parque, mas não foi possível constatar durante a observação.

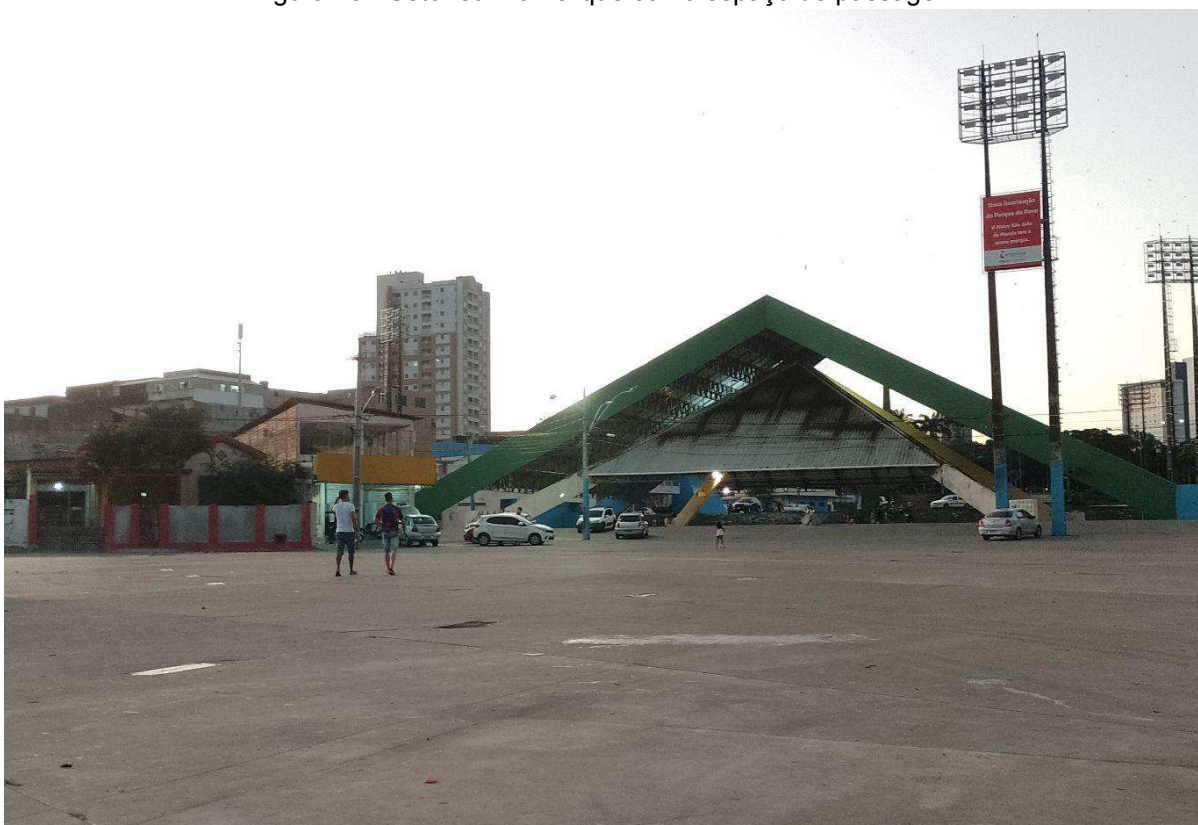
Não foi possível perceber um padrão de fluxos, as pessoas chegavam e saíam por lugares variados. Por ser um espaço aberto, sem acessos definidos, há essa variação. Alguns fluxos foram mapeados, para exemplificar essa variedade. Um percurso específico apresentado refere-se aos ciclistas utilizando a escadaria como obstáculo para manobra.

Um problema percebido é a não definição de vagas nem de percursos para veículos, ou seja, eles circulam por toda parte, gerando um conflito de fluxos e maior risco de acidentes. Esse é um fator que pode ser regulado e restringido para potencializar os usos e apropriações do Parque pelas pessoas, a partir da instalação de urbanismo tático, com placas, balizadores, diferenciações de pisos, que regulem e limitem o fluxo de veículos dentro do ELP.

O setor sul (figura 29) é o menos apropriado. Não houve a permanência de ninguém nesse setor durante o período observado, sendo um espaço apenas de passagem. Há uma rua que cruza o parque transversalmente nesse setor, ou seja, há a possibilidade de passarem veículos motorizados em maior velocidade nesta área. Este pode ser um dos fatores que faz as pessoas evitarem permanecer neste setor, além dele ser o menos iluminado durante a noite. 19 pessoas foram contabilizadas neste setor no período de 30 minutos observados, todas elas estavam apenas de passagem.

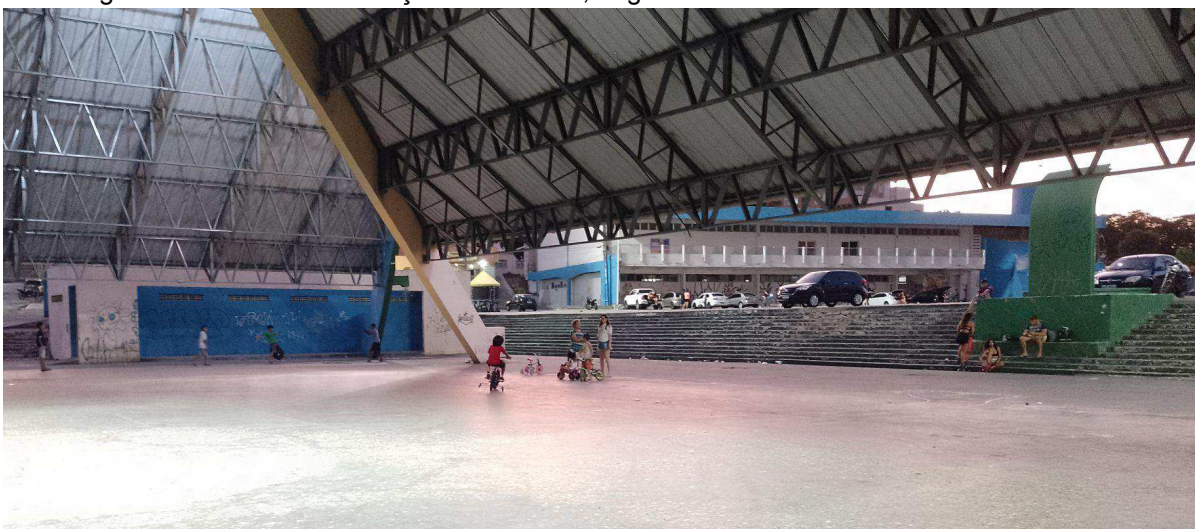
A Pirâmide (figuras 30 e 31) é o local escolhido para a prática de esportes. Os patins, bicicletas e skates concentram-se nessa área, talvez por ser a área mais bem delimitada e conseqüentemente mais protegida do fluxo de carros. Além disso, é a única área coberta do Parque. 18 pessoas permaneceram neste espaço durante a pesquisa, sendo cinco com patins, quatro em bicicletas, um skatista, oito pessoas em pé e uma sentada na estrutura de concreto que sustenta a coberta.

Figura 29 - Setor sul - o Parque como espaço de passagem



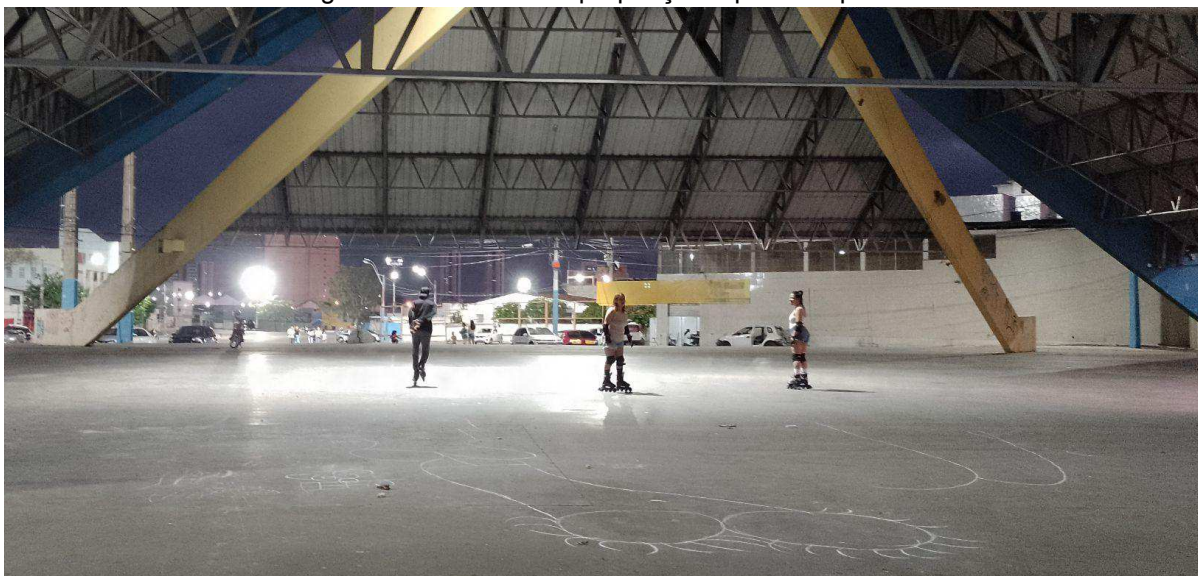
Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 30 - Pirâmide - crianças de bicicleta, degraus da escada servindo como mobiliário



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 31 - Pirâmide - apropriação a partir do patins



Fonte: Autoria própria, 2022.

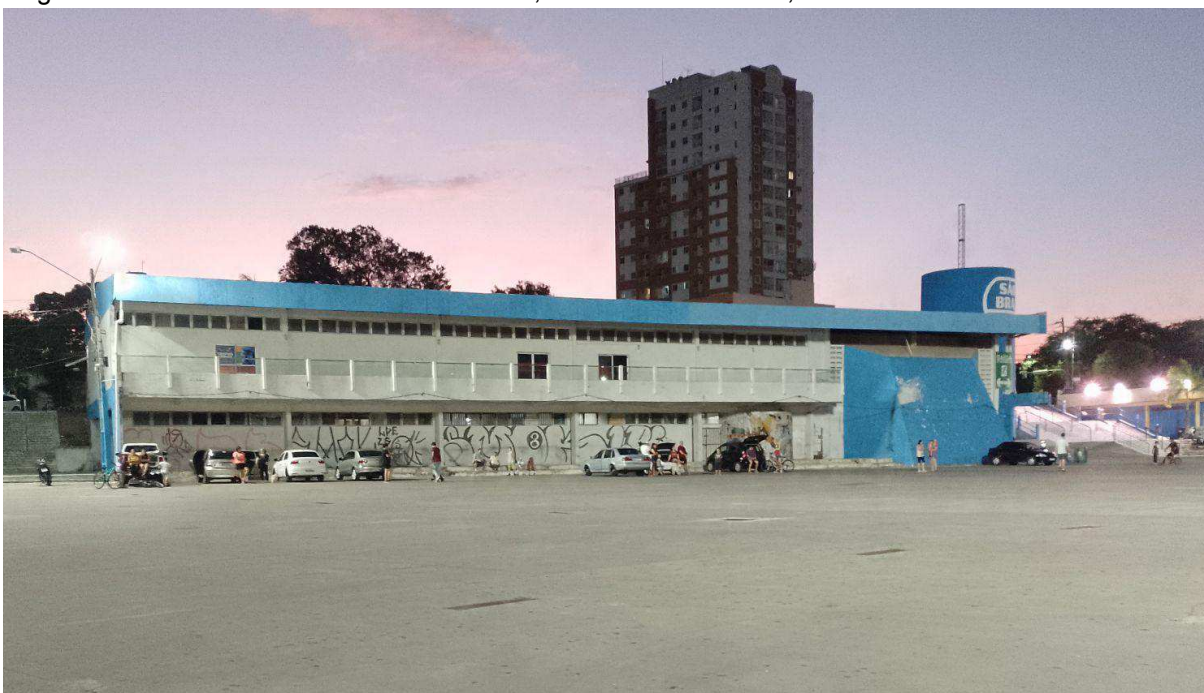
Figura 32 - Escadaria entre setor norte e Pirâmide - degraus da escada como assentos



Fonte: Aatoria própria, 2022.

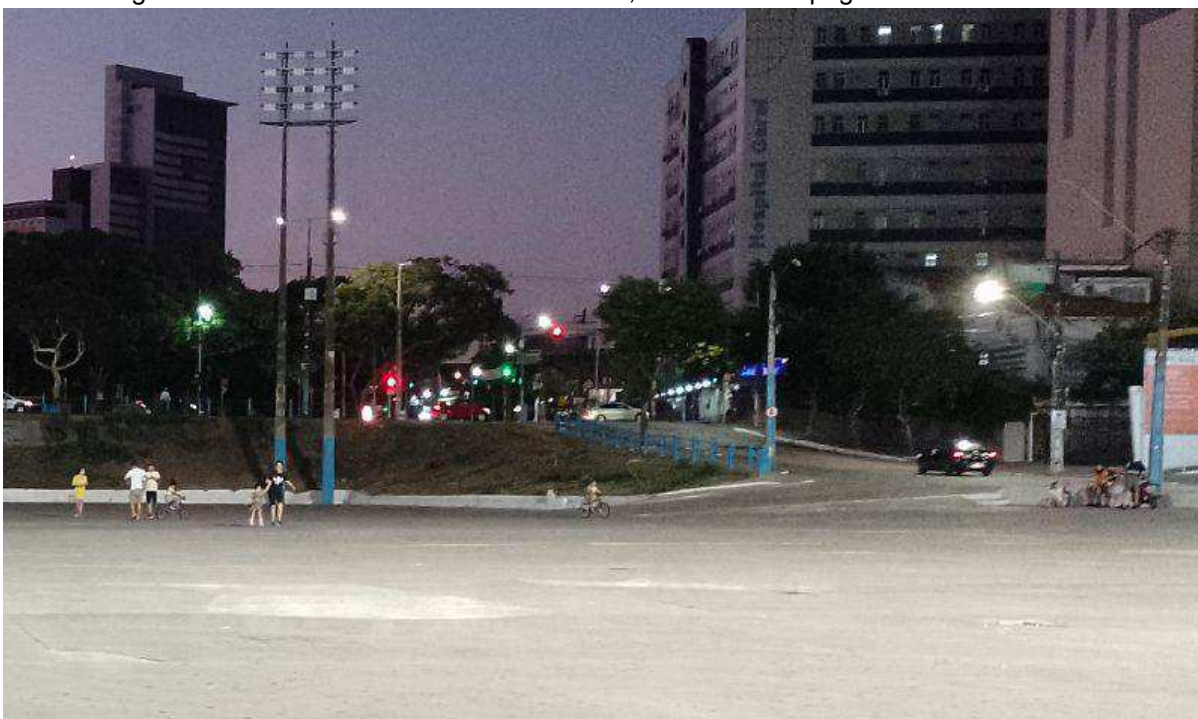
O setor norte (figuras 33, 34 e 35) é onde há maior variedade de atividades sendo realizadas e é também onde se estacionam os carros. Havia 67 pessoas neste setor durante o mapeamento. Oito estavam de passagem, 16 sentadas, sete ciclistas, cinco com patins, uma criança com uma bola, uma criança com um patinete, dois skatistas, 27 em pé, sendo uma mulher caminhando e uma criança brincando de amarelinha.

Figura 33 - Setor norte - atividades diversas, carros estacionados, escadaria do CC como mobiliário



Fonte: Aatoria própria, 2022.

Figura 34 - Setor norte - atividades diversas, desnível da topografia como mobiliário



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 35 - Setor norte - criança brinca de amarelinha



Fonte: Autoria própria, 2022.

As práticas do skate, do patins, da bicicleta, do jogar bola, brincar de amarelinha, enquanto obras criativas e ativas de seus praticantes, totalmente espontâneas, mostram diferentes tipos de relação entre os usuários e o espaço urbano. Como visto em Fontes (2011, p. 108), essas práticas reforçam “o argumento de Crawford (1999) em favor dos espaços e atividades moldados pela experiência vivida, mais do

que pelo espaço construído, ideia partilhada com Peran (2008) que acrescenta que espaços rigidamente projetados reduzem a condição do espaço vivido a espaço disciplinado”.

As apropriações observadas no Parque do Povo são espontâneas, ativas, participativas e interativas, enquanto iniciativas que estabelecem conexões com os demais usuários. Além do fato de serem práticas dinâmicas e flexíveis, são performances lúdicas de reinterpretação da cidade. O jogo desses brincantes remete a um desvio (DEBORD e WOLAMN, 1956 apud BARBOSA, 2017) tanto das formas da cidade e suas representações, quanto dos gestos e comportamentos que essas formas suscitam.

As práticas vistas no Parque do Povo podem ser consideradas como elementos de expressão de vitalidade, como forma de resistência à normatização dos padrões de comportamento vigentes nas cidades. Enquanto obras criativas, totalmente espontâneas no espaço urbano, apontam para modos de usar a cidade diferentes das formas para as quais ela foi pensada. Revelam, ainda, a capacidade de descobrir potencialidades, de recuperar lugares, ativando-os.

A intervenção sobre o espaço do Parque do Povo faz com que alguns atributos físicos do lugar ganhem relevo: os poucos elementos construídos que pontuam a sua extensão; os desníveis que conectam os setores do parque, através de escadas e rampas; “elementos, que na cidade cotidiana fazem parte do fluxo descompromissado dos transeuntes”, aparecem durante as intervenções em uma nova relação com o usuário, indicando novos tipos de conexão possível entre a pessoa e o espaço (FONTES, 2011, p. 114).

O parque e sua centralidade possibilitam uma convivência e partilha entre diferentes práticas urbanas, enfatizando a dimensão democrática do espaço e sua não colonização por uma única atividade, permitindo o desenvolvimento de relações sociais entre diferentes usuários, revelando a heterotopia disposta por Lefebvre.

3.2.2 A feira

Além do lazer no fim de semana, há outro uso temporário no Parque que se realiza no início da manhã das sextas-feiras, que é a feira agroecológica. A feira consiste em pequenos comércios de alimentos, seja de frutas, hortaliças, laticínios,

geralmente sem agrotóxicos e advindos da agricultura familiar. Os feirantes se deslocam de diversas cidades circunvizinhas para comercializar seus produtos semanalmente na feira do Parque do Povo. Para isso, os produtos são distribuídos em caixotes e bancas, formatando a ambiência do lugar. São dispostas aproximadamente 60 bancas, em que são expostos os produtos à venda.

A feira é organizada pela EMPAER-PB, e acontece desde 1996. O impacto da feira vai além do momento de compra e venda de poucas horas no Parque. Os alimentos que não foram vendidos no dia, mas ainda estão em condições de uso são doados para pessoas carentes através do Programa Mesa Brasil do SESC. Por volta de 100kg por dia são doados para mais de 130 instituições, beneficiando em torno de 80 mil pessoas.

A feira acontece oficialmente na Pirâmide. Porém, quando há algum evento privado que utilize o espaço da pirâmide, impossibilitando a feira de acontecer neste local, ela acontece no setor sul. Além disso, quando todo o parque está privatizado, a feira se transporta para a Estação Velha, espaço livre próximo ao Parque do Povo, onde também acontece uma feira agroecológica nas quartas-feiras.

Assim, para possibilitar a análise da apropriação do Parque pela feira, foram realizadas visitas ao local em dois dias diferentes, com o objetivo de coletar dados para o diagnóstico que aqui será exposto. No primeiro dia (figuras 36, 37 e 38), a feira estava acontecendo no setor sul, visto que a pirâmide estava fechada para um evento privado, que iria acontecer semanas depois. Já no segundo dia (figuras 39, 40 e 41), a feira estava localizada na pirâmide. Assim, as observações para o mapeamento aconteceram das 6h às 6h30 em dois dias distintos.

Foram contabilizadas 248 pessoas no primeiro dia e 221 pessoas no segundo dia, no mesmo período de tempo de 30 minutos. A diferença entre a quantidade de mulheres e homens presentes não foi tão divergente no primeiro dia, sendo de 115 mulheres (46%) e 131 homens (53%). Já no segundo dia, haviam 77 mulheres (35%) e 137 homens (62%). Nota-se nesses dados que, apesar da predominância masculina, há uma presença significativa de ambos os gêneros.

Em se tratando da faixa etária dos usuários, foi possível perceber uma maior presença de adultos e idosos. Enquanto que a presença de crianças é baixíssima (2

crianças no primeiro dia e 7 no segundo, o que equivale a 1% e 3% do total respectivamente), sendo em sua maioria os filhos dos feirantes. Esses feirantes advêm de diversos municípios vizinhos e se sustentam através da agricultura familiar, em que as crianças ajudam seus pais desde a colheita até a venda dos produtos.

O transporte dos participantes da feira é, em sua maioria, em carros. O que é possível constatar a partir da presença de vários carros estacionados por todo o perímetro da feira, inclusive delimitando-a com as filas de estacionamento que vão se formando ao seu redor. Essa característica permite inferir que os usuários da feira, em sua maioria, são de classe média a alta.

Figura 36 - Mapa da feira - Dia 1



Figuras 37 e 38 - A feira no setor sul



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 39 - Mapa da feira - Dia 2



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figuras 40 e 41 - A feira na Pirâmide



Fonte: Autoria própria, 2022.

Destaca-se aqui a importância da feira livre do ponto de vista da (re)apropriação do território. Em função das conversas pessoais e interações lúdicas, Vedana (2004) infere que as relações entre os feirantes e os fregueses introduzem uma espécie de intimidade, contrastando com a maior parte das relações comerciais contemporâneas, marcadas pelo individualismo e pelo anonimato. Em uma cidade que se apresenta cada vez mais competitiva e fragmentada, a personalidade presente na feira é uma característica a ser valorizada.

No ambiente da feira livre, em que brincadeiras acontecem com frequência, é restituído um pouco do sentimento de solidariedade e comunidade perdido na sociedade contemporânea. A feira é vista aqui como tradição cultural e lugar de sociabilidades. Muito mais do que lugar de comércio, é um lugar de encontro, de interações sociais, de troca de saberes e de lazer.

A feira se faz esse lugar de preservação de memórias, de identidades e de resistência culturais, que manifesta as relações sociais das comunidades e suas tradições. Um lugar vivido, que promove o encontro interpessoal e retrata um sentimento de pertencimento. As formas e saberes acionados nos atos de “fazer a feira” estão vinculados a determinados estilos de vida e trajetórias que evocam uma memória da cidade (VEDANA, 2004).

Como aponta Vedana (2004, p. 45), a heterogeneidade de estilos de vida que fazem parte desse universo e multiplicidade de atores sociais constituem uma complexidade e diversidade em termos de práticas cotidianas e formas de apropriação do espaço público que ali se expressam. Sua importância, para além da busca de uma alimentação de qualidade, reside na contribuição à vivência positiva de um espaço urbano.

A feira livre é o único evento semanal que ocupa este espaço cotidianamente, adquirindo um valor afetivo a partir das práticas sociais. A feira confere um caráter dinâmico e coletivo ao espaço público e ao cotidiano urbano. Existe uma diferença marcante entre o espaço vazio e praticamente “não visto” durante a semana e o espaço produzido pelos feirantes e frequentadores nos dias de feira, trazendo dinâmicas que voltam os olhos a este local. O Parque transforma-se de um lugar vazio e aparentemente sem significado em espaço vivido e habitado pelas práticas sociais que compõem sua paisagem.



CAPÍTULO 4

4 PARQUE PARA QUE POVO?

Após discorrer sobre cada tipo de uso escolhido para uma melhor compreensão acerca da apropriação do espaço do Parque do Povo, parte-se agora para uma análise comparativa entre os usos, levando em conta alguns atributos observados de modo a destrinchar tais aspectos e esclarecer as diferenças na ocupação do Parque em sua totalidade, relacionando tal análise com as noções do direito à cidade vistas no primeiro capítulo deste trabalho.

- Quanto à quantidade de pessoas e área ocupada

Evidencia-se a partir das observações realizadas a discrepância na quantidade de pessoas participantes em cada uso e forma de apropriação realizados no Parque do Povo. Enquanto por volta de 100 pessoas utilizavam o espaço durante o lazer, mais de 200 pessoas estavam participando da feira. Por outro lado, durante a festa do São João o público presente pode atingir até 80 mil pessoas, segundo dados oficiais. As figuras 42 e 43 demonstram a diferença entre o Parque do Povo no cotidiano e durante o período junino.

Figura 42 - Setor norte do Parque no cotidiano



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 43 - Setor norte do parque no dia de maior público registrado no São João de 2022



Fonte: Rondinelle de Paula, 2022.

Em se tratando da área que cada atividade ocupa, é possível perceber que no São João, diferentemente dos outros usos, o Parque passa a ser usado em sua totalidade, tendo inclusive a abertura e utilização dos banheiros, que ficam fechados durante todo o restante do ano. Durante a festa, há uma setorização do espaço livre do Parque do Povo e ele é dotado de estruturas e mobiliários que apoiam as atividades a serem realizadas (barracas de restaurantes, stands de patrocinadores, palcos, camarotes, etc.).

Já a feira concentra-se, na maior parte das vezes, na pirâmide, por tratar-se da única área coberta do Parque, onde é possível proteger-se de sol e chuva. Os caixotes e bancas instalados durante a realização da feira conformam a ambiência desse uso. Ou seja, o próprio mobiliário, faz com que as pessoas se concentrem em um espaço mais bem delimitado, o que facilita as interações entre as pessoas, além da característica de compra e venda.

Durante a apropriação pelo lazer, apesar de ter menos pessoas utilizando, elas inserem-se em toda a extensão do Parque. Esse fator dificulta a interação entre os usuários, que separam-se em diferentes grupos a partir de cada atividade realizada. A falta de estrutura e de vegetação também limita a utilização mais intensiva do Parque do Povo a um período específico - o final da tarde - ou seja, quando o clima já está mais ameno para permanecer no parque, mas ainda há a iluminação natural, pois a visibilidade permitida por esta acaba trazendo maior sensação de segurança. Todos esses fatores dificultam a permanência, formas de apropriação e as perspectivas de pertencimento e identidade com o lugar.

Os números que dizem respeito à quantidade de pessoas nos usos cotidianos observados podem até indicar uma quantidade satisfatória de usuários se apropriando do Parque. Porém, sua extensão faz com que, ainda assim, pareça que este não é ocupado, como pode ser visto no comparativo entre os usos na figura 44. Além disso, dificulta as interações entre os grupos que ficam dispersos por todo o Parque durante as atividades de lazer. Destaca-se que essa monumentalidade do Parque é disfuncional, ela é negativa e repele possíveis usuários, por causar sensação de abandono e insegurança, distanciando-se de uma de suas funções que é a sociabilidade, fator crucial para o cumprimento do direito à cidade.

Já a concentração do evento festivo do Maior São João do Mundo em um mês específico, preenche o espaço livre público do Parque do Povo de vida durante este mês, porém sua formatação faz com que se privatize o uso deste lugar durante praticamente todo o mês anterior e o mês posterior à festa, que permanece fechado para a montagem e desmontagem da sua estrutura. Além disso, durante a festa, há um certo controle nos usos deste espaço, o que dificulta o exercício do direito à cidade em sua plenitude.

Figura 44 - Quantidade de pessoas e área ocupada em cada uso analisado



Fonte: Autoria própria, 2022.

- Quanto à diversidade de usuários e interação entre as pessoas

Foi possível observar questões de gênero e faixa etária durante os mapeamentos dos usos cotidianos do Parque do Povo. Não foram percebidas grandes variações quanto ao gênero, tendo uma quantidade significativa tanto de homens quanto de mulheres. Durante a feira, a utilização se dá mais por adultos e idosos, enquanto na apropriação pelo lazer predomina as crianças e jovens. No São João, vê-se a presença mais marcante de jovens e adultos.

O São João, enquanto evento festivo, de expressão máxima do encontro entre pessoas, do valor de uso do espaço, apresenta, sem dúvida, a maior diversidade de usuários, seja de gênero, classe, etc. Porém, o que acontece durante a festa mercantilizada do Maior São João do Mundo é uma territorialização que é tanto pré determinada pelo layout e disposição das barracas e camarotes, como decorrente de uma segregação social simbólica entre diferentes grupos.

A feira, apesar de aberta para qualquer pessoa, tem um público mais restrito, pelo seu caráter monofuncional de compra e venda de produtos. Enquanto que o lazer e o São João são mais abrangentes em questões de usuários e atividades realizadas. Porém, considerando que há uma territorialização programada durante o São João, pode-se dizer que a feira é a que mais estimula interações, visto que apesar da sua monofuncionalidade, sua própria configuração promove a interação, seja entre comprador e vendedor, entre vendedores ou entre compradores.

Além disso, sua frequência semanal, com horário pré-definido, permite um maior nível de intimidade entre os participantes, que passam a se conhecer e construir um sentimento coletivo. O comércio é a principal atividade da feira, mas o que se vê é algo além das trocas comerciais, diferente do que ocorre nos novos centros comerciais como os shopping centers. As pessoas conversam, brincam e trocam informações uns com os outros. Portanto, a feira tem grande contribuição para a vivência do espaço urbano e da sociabilidade enquanto forma de exercício do direito à cidade.

A espontaneidade e caráter independente das atividades de lazer possibilitam a interação social, visto que grupos distintos executam diferentes atividades

simultaneamente. Crianças trocam brinquedos, jogam bola, pessoas aprendem a patinar juntas, porém ainda assim são em grupos mais específicos. Porém, como já mencionado, a extensão do parque é um dos fatores que dificulta a aproximação entre os grupos.

Além disso, a falta de mobiliários e equipamentos que estimulem a permanência no parque e o fechamento desse espaço livre público para eventos privados diversas vezes no ano são fatores que impedem a sensação de pertencimento e identidade com o lugar, bem como a criação de uma cultura mais enraizada de apropriação do Parque pela população.

Na análise voltada à compreensão do tipo de uso dado, entende-se algumas semelhanças, mesmo que superficiais. Como, por exemplo, no uso comercial dado pela feira e também pelo São João, mas ao mesmo tempo a diferenciação entre o uso recreativo mais espontâneo dado pelos momentos de lazer em contrapartida à recreação mais restritiva e controlada tocada pelo São João.

Na figura 45 tem-se um exemplo do controle dos usos dados ao Parque durante o período dos festejos juninos. A pixação é uma das principais formas de apropriação cotidiana do Parque do Povo, o que é possível perceber em todo suporte vertical presente neste espaço, seja nos muros dos lotes vizinhos ou na própria estrutura da Pirâmide. Mais de uma vez, neste mesmo ano, o Parque foi pintado e repintado, nessa disputa pelo espaço, em que o que é considerado por alguns como “feio e sujo” da pixação deveria ser apagado do cenário da festa.

Figura 45 - Pixação sendo apagada durante a montagem do Maior São João do Mundo



Fonte: A autoria própria, 2022.

A festa é tida aqui, conforme Lefebvre, como expressão do direito à cidade, de espaço vivido plenamente, do encontro entre os diferentes, de valor de uso do espaço, de organização coletiva e de expressão e obra criativa de seus usuários. Porém, o que acontece na festa do Maior São João do Mundo é a mercantilização do espaço livre público do Parque do Povo e um certo controle nos usos dados a este, tornando o usuário apenas espectador de um evento espetacularizado e restringindo as possibilidades espontâneas de uso e apropriação espacial e de interação social.

Esses aspectos distanciam a festa do Maior São João do Mundo do direito à cidade trazido por Lefebvre como direito de obra, de usuário criador. Para Lefebvre, a festa deve proporcionar um desenvolvimento social, porém o que acontece no Parque do Povo é que as perspectivas econômicas e mercadológicas são predominantes.

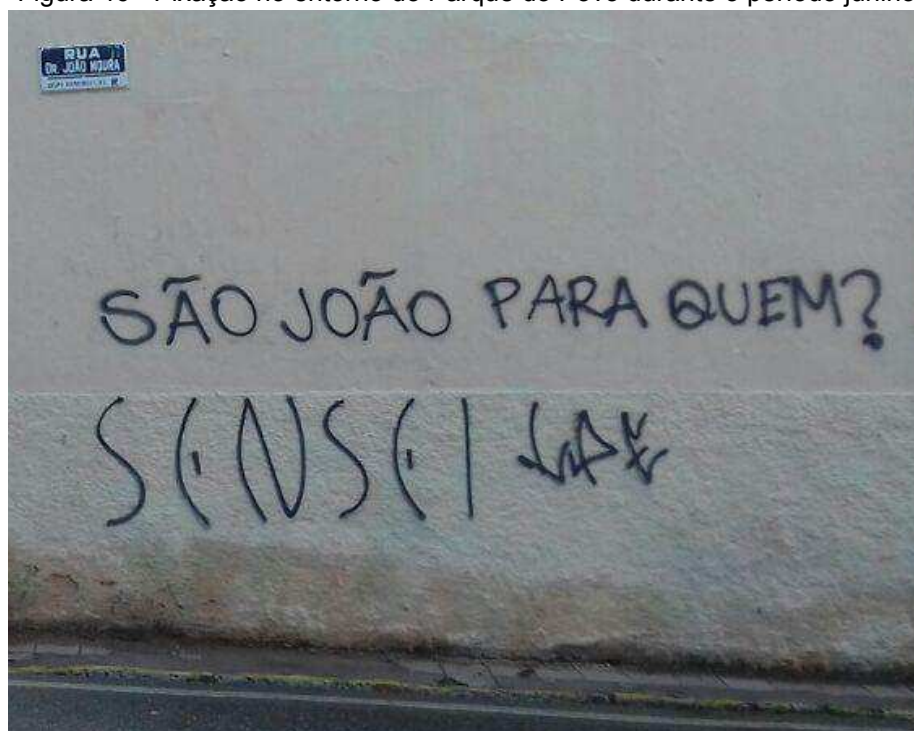
Durante o período de festas, mesmo com a mercantilização e espetacularização, a diversidade de usos e usuários, a conexão com outros espaços da cidade e a possibilidade de interação entre as pessoas, que favorecem a vitalidade do espaço,

ainda podem ser percebidos, já que nem tudo pode ser determinado ou controlado pela lógica mercantil. Contudo, é exatamente este ponto que remete à questão feita no título deste trabalho e deste capítulo, quais os condicionantes para que estas características relativas às interações socioespaciais, tão presentes nesse evento turístico, não se estendam ao cotidiano.

Obviamente, não se espera que a ocupação cotidiana seja similar a do período de festas, porém, é visível para qualquer observador que a maneira como o Parque é apropriado cotidianamente não condiz com o seu potencial, o que possibilita questionar se este espaço livre público realmente cumpre sua função social.

A figura 46 demonstra a insatisfação da população quanto à privatização da festa do Maior São João do Mundo, através da pixação. Considerando que Lefebvre coloca o espaço vivido também como o espaço da arte como subversão, o pixo aponta para si como um movimento urbano de reivindicação pelo direito à cidade. Nessa cultura higienista, a pixação é designada com o mal a ser combatido, quando na verdade sua existência depende exclusivamente dos equipamentos que funcionam como instrumentos de segregação (NASCIMENTO, 2020).

Figura 46 - Pixação no entorno do Parque do Povo durante o período junino



Fonte: Autoria própria, 2017.

O pixador é aquele cidadão marginalizado, expulso do Centro para a passagem do “progresso”, (re)tomando este espaço para si, através da apropriação da paisagem urbana. O pixo enquanto fenômeno estético e político urbano que questiona o modo de produção das cidades, restitui o sentido de obra criativa, trazido por Lefebvre (2001) nas reflexões sobre o direito à cidade.

Figura 47 - Pixação presente no Parque do Povo durante a montagem do Maior São João do Mundo



Fonte: Autoria própria, 2022.

Retomando a ideia do direito achado na rua, é importante reconhecer que os espaços públicos são espaços constantes de construção de novos direitos. Dar visibilidade e legitimidade às formas de vivência presentes nos espaços públicos, como espaços da livre expressão de identidades, é efetivar a participação ativa dos sujeitos na produção da cidade.

Para Lefebvre (2006), a apropriação e a dominação do território possuem sentidos diferentes. A apropriação é um processo carregado de marcas do “vivido”, enquanto a dominação está vinculada ao valor de troca. A apropriação implica em ritmos de tempos, símbolos e práticas em um determinado território. Nesse contexto, a territorialidade se estabelece no local e é, a partir de então, no cotidiano, onde as identidades dos grupos são construídas.

A falta de um olhar por parte dos governantes que realmente respeite as práticas socioespaciais espontâneas e consequente utilização do parque de forma democrática dificulta a construção da territorialidade e o exercício do direito à cidade. Enquanto na festa oficializada do Maior São João do Mundo, há um controle dos usos e o espaço fica fechado, impossibilitando outros usos, as apropriações cotidianas independentes e informais são abertas a qualquer cidadão e também não

impedem outras apropriações simultâneas de acontecerem. Quanto maior a diversidade de usos e menor o controle, maior é a possibilidade de encontro e interação entre diferentes usuários.

O Parque do Povo, espaço público acessível a qualquer cidadão, deveria atender aos desejos e necessidades da população, porém é deixado de lado fora do período junino. Mesmo o espaço não sendo tão adequado, as pessoas usam com frequência porque precisam, querem e é um direito. Essas apropriações espontâneas no cotidiano do Parque evidenciam a importância deste espaço tão simbólico no imaginário dos campinenses.

A configuração do Parque de um espaço livre multiuso possibilita a heterogeneidade de atividades e usuários. Porém, poderiam existir políticas públicas, ofertas de outros tipos de eventos abertos e algumas intervenções pontuais e efêmeras que tragam maior segurança aos usuários, para o melhor aproveitamento do espaço, potencializando os usos já existentes.

Tornar o Parque do Povo mais “apropriável”, favorecendo uma utilização mais intensa e as interações sociais entre os usuários, garantindo, dessa forma, a efetivação do direito à cidade, de modo a fomentar a economia local, movimentar a cultura local e, como propõe Lefebvre, impulsionar o desenvolvimento social.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado no início deste trabalho, com o crescimento das cidades a partir da industrialização e o conseqüente êxodo rural que as inchou, as secas e a diminuição de investimentos nas cidades do interior, e mais especificamente em Campina Grande o declínio do algodão, há uma crise em muitas cidades. Houve no país um investimento no turismo cultural a partir de então, a fim de recuperar a economia das cidades.

É nesse contexto que surge o Parque do Povo, espaço criado para abrigar a festa do Maior São João do Mundo e atrair investimentos e turistas. Esse processo traz algumas contradições que em seu discurso apontam para o atendimento à população mais pobre e ao desenvolvimento econômico da cidade como um todo, mas que na verdade o que se vê é a privatização e a mercantilização de um espaço que deveria ser de todos priorizado às elites.

Apesar do nome, algumas características da sua morfologia, como a presença de equipamentos sem interface ou com usos incompatíveis com o parque, a não priorização do pedestre relacionada à falta de controle no fluxo de veículos; a forma como o poder público o trata, assim como o fechamento do Parque para diversos eventos privados ao longo do ano, atrelando seu uso ao consumo; são aspectos que reprimem usuários e dificultam algumas apropriações, colocando em questão o próprio nome do Parque.

Apesar disso, é possível perceber uma apropriação cotidiana do parque, o que mostra a importância desse lugar para a cidade, enquanto um espaço livre público de localização privilegiada e de valor histórico. Dessa maneira, percebe-se que, apesar de sua tentativa de privatização e mercantilização pelo Estado, o parque ainda é frequentado pela população, que faz do espaço do Parque do Povo um local de apropriação e vivências em pleno Centro segregado e voltado à lógica do lucro, sendo um claro exemplo do exercício do direito à cidade.

Assim, esse trabalho teve como objetivo aprofundar a compreensão de como ocorreu a criação do Parque do Povo e de como o espaço é apropriado cotidianamente pela população. Para isso, foram feitas visitas em campo com

levantamento *in loco*, fotografias e mapeamento dos usos e usuários, a fim de compreender de que forma a população se apropria do espaço.

Nos dias de hoje, o direito à cidade encontra-se sob o domínio de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades individuais e seus desejos. Porém, o direito à cidade é muito mais do que o acesso individual ou de grupos restritos aos recursos da cidade, e sim um direito de mudar e transformar a cidade de maneira essencialmente coletiva. Entende-se, então, que o movimento pelo direito à cidade depende inevitavelmente do exercício de poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014).

Com isso, o arquiteto e urbanista que vive em um contexto de país extremamente desigual, deve se posicionar em relação à sua atividade profissional, estabelecendo para si quais são as prioridades que devem ser abordadas para que se cumpram os direitos assegurados na constituição. O lazer é um direito, como consta no Estatuto da Cidade, porém, o que se vê nas cidades muitas vezes são mais as disputas pelo espaço, pelo poder e menos a divisão de um bem comum e sua apropriação.

Sem pretensões de finalizar os caminhos, mas sim de possibilitar novos debates acerca do tema proposto, acreditamos que é necessário que os princípios de autonomia, participação e direitos humanos tenham forças e a cultura local seja valorizada. Que os territórios construídos por tais apropriações sejam capazes de integrar pessoas, em vez de segregá-las. Que o direito à cidade seja reafirmado e os espaços públicos, em vez de “exclusivos”, sejam sinônimos de democracia e liberdade.

O incentivo ao uso democrático e livre do espaço e às trocas sociais, a partir da potencialização das apropriações, é imprescindível para a efetivação do direito à cidade nesse espaço que é tão importante para o cidadão campinense enquanto símbolo de festa e de encontro entre pessoas, que é o Parque do Povo. É fundamental que haja a potencialização das apropriações nesse espaço que já é um espaço multiuso, centralizado, ou seja, tem o potencial agregador, para que sua centralidade não seja apenas geográfica. Que ele possa centralizar diferentes usos e agregar pessoas. Que seja um Espaço Livre Público propriamente dito. Que o Parque seja realmente do Povo.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Theo de A. M. Q. Skate de rua e o corpo na cidade: um estudo de caso a partir do centro da cidade de São Paulo. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BORJA, Jordi. Ciudadanía y espacio público. Laberintos urbanos en América Latina, p. 9-34, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. 1.ed. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. 1. ed. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. Discursos e imagens da cidade: o processo de requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-2000). Tese (Doutorado) - CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

CASTRO, Janio R. B. de. Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano. EDUFBA, Salvador, 2012.

COSTA. Antonio Albuquerque da. A cidade em fragmentos: uma análise das metamorfoses espaciais em Campina Grande-PB no período de 1990 a 2010. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

DEBORD, GUY. Sociedade do espetáculo. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2000.

DINIZ, Kaio Santos. REVITALIZAÇÃO URBANA: uma análise sobre mudanças realizadas nos espaços públicos da área central de Campina Grande-PB (2000-2016). Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

DIREITO ACHADO NA RUA. Centro de Produção Cultural e Educativa da Universidade de Brasília. 2000. 23 minutos. Disponível em: [youtube.com/watch?v=KvfefclVj8&t=4s&ab_channel=VitoRDsG](https://www.youtube.com/watch?v=KvfefclVj8&t=4s&ab_channel=VitoRDsG). Acesso em: 26 jul. 2022.

FONTES, Adriana Sansão. Intervenções temporárias, marcas permanentes. A amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2014.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2006.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. Editora Centauro, São Paulo, 2001.

LIMA, Elizabeth Cristina de Andrade. A Fábrica dos Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano. EDUFCEG, Campina Grande, 2020.

LIMA NETO, Carlos Alberto de. Venturosa Campina: propostas e reformas urbanas em Campina Grande-PB. 1970-1976. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Arquitetura, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

MARQUES, Jordania Alyne Santos. As territorialidades da festa junina de Campina Grande-PB (2016-2017). Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

NASCIMENTO, Raiff M. B. A produção urbana e sua relação com o pixo. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, UniFacisa, Campina Grande, 2020.

NÓBREGA, Zulmira. A festa do Maior São João do Mundo: dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande. Tese (Doutorado) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Thomas Bruno Pereira de. Imprensando o feio e dando passagem ao belo: a segunda grande transformação urbana de Campina Grande-PB (1970-1980). Dissertação (Mestrado) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

PMCG. Plano de Desenvolvimento Local Integrado. COMDECA, Campina Grande, 1973.

SANTOS, C. N. F. dos; VOGEL, A.; MELLO, M. A. Quando a rua vira casa. EDUFF, Rio de Janeiro, 2017.

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. Editora Contexto, São Paulo, 2007.

SOUSA, Yona Kaluaná Ferreira de. Negação do direito à cidade: a administração de Evaldo Cavalcante Cruz e a construção do PDLI de Campina Grande-PB (1973-1976). TCC (Graduação) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

SOUZA, Marcos Felipe S. A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VEDANA, Viviane. "Fazer a Feira": estudo etnográfico das "artes de fazer" de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.